

Africanos vivem em barracas

SÓ EM Lisboa e Setúbal existem nove "aldeias" de africanos com mais de 2000 pessoas e 20 com mais de mil. As condições de vida são as piores. Um estudo ontem divulgado confirma ainda que, em Lisboa, reside a maioria de africanos que imigraram para Portugal e que os cabo-verdianos constituem a maior comunidade de imigrantes residente em Portugal. Os números do estudo não contradizem os oficiais, mas revelam que estes são pouco exactos.

O alojamento tipo barraca é a habitação mais frequentemente encontrada em 44 de 106 bairros degradados das áreas metropolitanas de Lisboa e Setúbal, habitados em grande parte por população africana.

Em outros 20 bairros, a habitação social aparece como forma predominante de alojamento. Estes números, apresentados ontem em conferência de imprensa, em Lisboa, resultam de um estudo do Centro Padre Alves Correia (Cepac), realizado durante todo o ano de 1994 e nos primeiros meses de 1995, e que pretendia recensear as pessoas de origem africana residentes nas zonas de Lisboa e Setúbal.

O estudo "Os Números da Imigração Africana" define africano como "todo o cidadão filho de pais de origem africana até à segunda ou terceira geração", mesmo que já nascido em territó-

rio nacional, mas que tenha em África as suas referências sociais, "os vulgarmente chamados 'pretos' ou 'mestiços'". Não pretendia, portanto, o Cepac contabilizar quantos imigrantes clandestinos residem em Portugal, mesmo depois do período de legalização extraordinária de há dois anos. Mas os números agora divulgados por aquela instituição ligada aos Missionários Espiritanos indicam que os números oficiais existentes — Recenseamento da População e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras — também não são exactos, conforme o PÚBLICO já fizera notar (ver edição de 17-11-94), quando divulgou em primeira mão os resultados preliminares deste estudo.

O Censo de 1991 indica que há, em Portugal, um total de 28.326 africanos mas o estudo do Cepac contabilizou, só em 106 bairros de Lisboa e Setúbal, 40.904 cabo-verdianos e um total de 66.513 africanos. O padre Firmino Cachada disse ontem, na conferência de imprensa, que não é sua intenção provocar "guerras de números", embora chamasse a atenção para a incorrecção de alguns dos dados oficiais.

As inexactidões chegam ao ponto de, num relatório do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), haver contas mal feitas: ao contabilizar residentes estrangeiros autorizados, somam-

se 16 naturais de Trinidad e Tobago quando a soma das parcelas por distritos dá 15.

Partindo do estudo realizado pela instituição que dirige e no confronto com os restantes dados disponíveis, Firmino Cachada calcula em cerca de 160 mil o número de africanos que residirão em Portugal. Destes, metade deverá ser cabo-verdiana. O Governo, via SEF, aponta para 68.945 o número de africanos de expressão portuguesa legalizados em Portugal, à data de 31 de Dezembro de 1994.

Não pretendendo determinar o verdadeiro número de clandestinos, o padre Cachada pensa que quem conhece a situação no terreno pode falar de "largos milhares", já que todas as sistematizações feitas se revelam deficitárias. As pessoas nessa situação, diz Firmino Cachada, revelam-se sempre "esquivas a qualquer abordagem de tipo recenseatório", preferindo estar empregados, ainda que explorados e mal pagos, a correr o risco de ser detectada a sua ilegalidade.

Quantos, quem, onde

Salta à evidência dos números revelados por este estudo a identificação que existe, em grande parte dos casos, entre imigrantes, africanos, e residentes em bairros degradados, sem quaisquer infraestruturas. Desde os bairros de barracas até aos de habitação precária, habitação social ou outros aglomerados mais ou menos híbridos. Em todos eles, falta a luz doméstica, a água canalizada, o saneamento, o comércio, ou mesmo as es-

colas ou a creche.

A geografia africana de Lisboa e Setúbal mostra que os cabo-verdianos são a comunidade mais numerosa, com mais de 40 mil pessoas. Há, depois, 12 mil angolanos, sete mil guineenses, três mil são-tomenses e quase dois mil e 500 moçambicanos. A distribuição por concelhos varia e notam-se mesmo significativos "vaivéns de um lado para o outro do Tejo". Os cabo-verdianos são, de novo, os que apresentam uma maior diversidade na distribuição por concelhos, embora se concentrem essencialmente na Amadora (13052) e em Oeiras (9787). Em termos distritais, estão mais em Lisboa (33275), sendo, a grande distância, a maior comunidade residente na capital.

Os angolanos e moçambicanos, "imigração que teve lugar, sobretudo, nos anos que se seguiram à independência dos respectivos países, fixaram-se sobretudo no concelho da Moita (3380 e 1020, respectivamente) e, mais concretamente, no Vale da Amoreira". Os guineenses concentram-se essencialmente no concelho de Loures (Quinta da Serra, com 1500 pessoas daquela origem). Os são-tomenses distribuem-se "quase equitativamente por quatro concelhos (Loures, Amadora, Almada e Lisboa).

O Centro de Estudos Padre Alves Correia é uma instituição de solidariedade social dos Missionários do Espírito Santo que acompanha e apoia as minorias étnicas em Portugal. Para a realização deste estudo sociológico-demográfico, contou com o apoio do Programa Horizon, da União Europeia. ■

Luis Gouveia Monteiro

AOS BOLSISTAS CABO-VERDIANOS

Aproximam-se as eleições em Cabo Verde.

Participe do recenseamento.

Comunique-se com o Consulado.

O prazo de recenseamento encerra-se em 19 de julho.

Não deixe para a última hora.

Para maiores informações, entre em contato com o Consulado.

Os idos de cinquenta(III)

NOVO JORNAL, 21.6.95

José Leitão da Graça

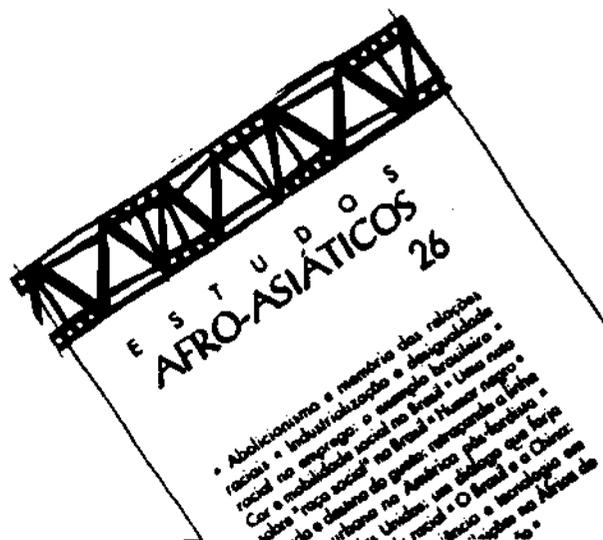
3. AS ELEIÇÕES presidenciais portuguesas de 1958 ocorreram comigo já no Mindelo. Muitos alunos do Liceu, mais por entusiasmo do que por convicção, empenhavam-se à sua maneira na campanha eleitoral tomando partido por Humberto Delgado. Não me cansei de demonstrar-lhes na Praça Nova e onde quer que os encontrasse, que não havia utilidade prática em apoiar qualquer dos candidatos, que era outro o nosso problema: a conquista da independência. Foi então que travei conhecimento com Arlindo Vicente e Lucílio Braga Tavares, entre outros santiaguenses que frequentavam o Liceu. Mas liguei-me estreitamente com o António Estrela e alguns outros estudantes de diversas ilhas, hóspedes do Sr. João Miranda, que constituíram sob a minha orientação, um núcleo a favor da independência. Fazia então discursos a favor de Américo Tomás, candidato salazarista à presidência, um farmacêutico português casado com uma professora de Literatura portuguesa. E, para o contestarem, os alunos propagaram o feliz slogan: "Fulano é bom locutor, Sicrana, boa escritora!" Tal era o meu esforço de mobilização junto dos alunos do Liceu na Praça Nova, que certa

noite, próximo do Cruzeiro, o Dr. Júlio Monteiro, que era então administrador do concelho, chama-me para me segredar: "Acautele-se. Recebi de Lisboa uma confidencial a seu respeito". Com efeito, só em 1960 é que o Pide se instalaria em Cabo Verde. Os meus contactos não se limitavam aos estudantes, estendiam-se aos estivadores, bem como ao capitão e tripulantes do veleiro "Gavião dos mares".

3.1. Contava servir-me do cineclubismo para fins políticos clandestinos em Cabo Verde. Fora membro em Lisboa de, pelo menos, dois cineclubes (A,B,C e Universitário) e nesse aspecto acumulara alguma experiência e *savoir-faire*. O Manuel Duarte aderira à ideia, mas devido ao cargo que exercia no Mindelo não pudera pô-la em prática. Acompanhado do velho Nhô Reis, o conhecido maestro e músico, fazia-me diariamente visitas à boca da noite. Através deles fui-me inteirando da situação que prevalecia na cidade. Para além das "eleições", o evento que mais preocupava o meio mindelense era o conflito entre as companhias de carvão inglesa remanescentes e os "carvoeiros". A causa fora ganha pelo Dr. António Rosa que

defendia os interesses dos estivadores. À saída do Tribunal foi triunfalmente saudado pelos trabalhadores.

3.2. Entretanto, três meses depois do meu regresso foi a vez de Abílio Duarte que proveniente de Bissau chegava ao Mindelo. Das discussões havidas entre nós era patente que a estratégia de luta contra o colonialismo por ele sustentada, afinal por largos anos do PAIGC!, se opunha à por mim defendida. Primeiro, sustentava ele, os cabo-verdianos deveriam contribuir para a luta na própria Guiné onde as condições de vitória eram melhores do que em Cabo Verde. Numa palavra, subordinava a libertação de Cabo Verde à prévia libertação da Guiné-Bissau. Contrapunha eu a seguinte estratégia: em primeiro lugar, dotar Cabo Verde de uma organização clandestina e, depois, independentemente da situação na Guiné, desencadear a luta violenta na modalidade a determinar no futuro. Não podia haver entendimento, cada qual seguiu caminho próprio. Decidi, pois, por algum tempo recuar para a Praia, onde fiz novos contactos com uma juventude estudantil e certos funcionários entusiastas.



Sob o signo da cibernética

Recenseamento eleitoral sobre rodas

As primeiras actividades para o processo do recenseamento eleitoral iniciaram-se, na segunda-feira, em todos os postos do país, com a inscrição dos potenciais eleitores, exceptuando os do Concelho da Praia. A inscrição de 200 mil eleitores em Cabo Verde e 50 mil na diáspora é a meta a atingir com o presente recenseamento que vai viver sob o auspício da cibernética. Cifra orçamental aponta para um gasto de 30 mil contos para a sua informatização e 20 mil para aquisição de materiais fotográficos para permitir a emissão de cartão do eleitor.

NOVO JORNAL, 21.6.95

Os elementos para a Comissão de Recenseamento do Concelho da Praia, cuja não indigitação provocou atraso no início dos trabalhos nesta localidade, foram designados, na sexta-feira, pela Comissão Nacional Eleitoral de entre os nomes propostos pelos partidos políticos formalmente constituídos. A demora na sua constituição deveu-se ao facto do Município da Praia não possuir, há muito tempo, uma Assembleia Municipal para cumprir um dispositivo legal.

Segundo o cronograma das actividades, o período de inscrição decorre de 19 de Junho a 17 de Julho, em simultâneo com o pedido de informação aos organismos públicos sobre os eleitores com capacidade eleitoral. Prevê-se um período de 15 dias, que medeia entre 19 de Julho a 2 de Agosto, para a elaboração dos cadernos eleitorais. Até Outubro, altura em que será publicitado de 10 a 24, no Boletim Oficial, o número de eleitores inscritos e sua divulgação na Comunicação Social, estabeleceu-se prazos rigorosos para reclamações, recursos ao tribunal, tempo para a correcção das inscrições nos cadernos eleitorais, entre outros assuntos previstos pela lei eleitoral.

Todos os concelhos do país estão na posse dos materiais para o recenseamento dos potenciais eleitores. Com a distribuição, na sexta-feira, do material fotográfico, completaram-se assim os equipamentos distribuídos para esta grande operação, onde se conta com livretes para inscrição, computadores e material propagandístico.

"A nível nacional todas as comissões dispõem de um fundo para as primeiras despesas" - informou Leão Barreto, director do Serviço de Apoio ao Processo Eleitoral - "e já se efectuaram acções de formação para os elementos que compõem todas as comissões, para além dos agentes nos postos de recenseamento. Esta actividade foi desempenhada por dois técnicos. Um da nacionalidade portuguesa e quadro da empresa Intersismet que é a empresa gestora para a informatização, e uma técnica nacional encar-

regados de dar formação aos operadores. A computarização dos serviços do recenseamento foi financiada pela União Europeia e constitui a grande novidade para esta campanha. Em sùmula trata-se de um sistema informativo descentralizado em cada concelho, dotado de um sistema central para onde se envia as disquetes. O projecto prevê no futuro a criação de uma rede mais complexa com um serviço central.

A maior dificuldade nesta operação em que se quer emitir igualmente um cartão do eleitor foi a constituição de uma equipa de profissionais de fotografia para ministrar cursos aos fotógrafos locais. Leão Barreto reconheceu que esta formação começou tardiamente, mas tal deveu-se, essencialmente, a demora na recepção dos materiais fotográficos. "Não é possível ter uma máquina fotográfica em cada posto, pois isso encareceria ainda mais o projecto" - disse - "neste momento só dispomos de um sexto das máquinas necessárias à operação. Para solucionar esta dificuldade, decidiu-se por máquinas permanentes nos postos com maior número de população e para os outros a solução encontrada foi a criação de equipas móveis".

Rentabilizar as máquinas fotográficas

A maior dificuldade, segundo Leão Barreto, vai ser, naturalmente, rentabilizar essas máquinas. Contudo, abre a hipótese do mesmo ser possível já que os cartões dos eleitores estarão prontos só depois da versão definitiva dos cadernos eleitorais.

Em todo o país existem 16 comissões. Cada uma delas é composta por cinco pessoas. Enquanto isso, os postos de recenseamento devem ultrapassar os 500. Para o director do Serviço de Apoio ao processo eleitoral da Presidência do Conselho de Ministros, a meta é atingir, com esta acção de recenseamento, cerca de 200 mil eleitores no país e, aproximadamente, 50 mil na diáspora e no que se refere ao estrangeiro os postos estão aptos a funcionar. Alemanha, Suíça, Itália, Canadá, Holanda, França, S. Tomé e Príncipe, Rússia, Senegal, Angola, Espanha, Moçambique, Portugal, Boston (EUA), Havana (Cuba) são os países

onde foram constituídas comissões de recenseamento as quais possuem no máximo cinco elementos.

100 mil contos de gastos

Estima-se que os custos para a efectivação do recenseamento ultrapassem os 100 mil contos, entre as despesas e a formação do pessoal, incluindo o das comissões, material de propaganda, a informatização e o material fotográfico. Para estes dois últimos já foram determinados os seus custos reais. 30 mil contos são os gastos relativos à informatização que contou com uma formação de cerca de quatro pessoas para cada concelho exceptuando Praia e S. Vicente que exigiram mais pessoas, e 22 mil contos para a fotografia.

A emissão do cartão do eleitor é outra inovação no actual processo de recenseamento. Como elemento de identificação completa, o cartão do eleitor terá impresso, para além dos dados pessoais do portador, a sua impressão digital e uma fotografia. A emissão do cartão vai permitir, entre outros, que se actualize o recenseamento para o próximo ano tendo por base a perda da capacidade eleitoral activa, por morte ou transferências.

"A informatização" - segundo Leão Barreto - "tem vantagem não só na organização do recenseamento, mas também na introdução de uma melhoria considerável na administração eleitoral em si" - defendeu Leão Barreto para acrescentar que poucos países conseguiram informatizar a cem por cento os seus serviços de recenseamento. "É um grande passo para Cabo Verde" salientou.

Entretanto, a Comissão Nacional Eleitoral não tem sede e encontra-se sem equipamento e orçamento, o que dificulta sobremaneira a sua acção, soube Novo Jornal Cabo Verde. Porém, dentro de uma semana terá disponível uma instalação no antigo edifício dos TACV onde se situa a Aeronáutica Civil o que lhe vai permitir criar serviços mínimos.

UNITA envia delegação para contactos a Luanda

NOVO JORNAL, 21.6.95

O "clima de confiança" entre o governo e a Unita é um facto "e mantemos uma relação privilegiada, que permite tornar mais expedito" o processo de paz, disse anteontem Abel Chivukuvuku, à chegada a Luanda.

Chivukuvuku, conselheiro político de Jonas Savimbi e antigo responsável pelas Relações Externas da Organização, chefiava uma delegação do seu Partido vinda do Bailundo, Huambo, que em Luanda tratará com as autoridades angolanas aspectos relacionados com o Protocolo de Lusaca, que carecem de "alguma celeridade".

"Nós tratamos com o governo de estabelecer uma agenda, para que possamos na medida do possível tornar mais expedita a aplicação de determinados aspectos do Protocolo de Lusaca e, sobretudo, criar mais confiança e andarmos mais depressa, mas também seguramente", afirmou Chivukuvuku. "Temos uma agenda bastante importante".

Para o conselheiro de Savimbi, a aplicação do processo de paz está no bom caminho. "Temos dado passos bastante bons, se tivermos em referência os primeiros meses da aplicação do protocolo, quando havia ainda muito ceticismo pelo país e muita dúvida", comentou.

"Hoje, pensamos que a todos os níveis se acredita no processo, mesmo se há pequenas dificuldades, o que conta é a vontade política", constatou. "Nesse momento, penso que ninguém tem dúvidas de que da parte da Unita e da parte do governo há vontade política".

Sobre o aquartelamento das tropas da Unita, Chivukuvuku disse pensar "que tudo isto está estabelecido em termos de 'timing', do quadro em que se deve realizar". E acrescentou: "É mesmo por isso que estamos aqui para, com o governo, encontrarmos as soluções que nos permitam mais rápida e seguramente aplicar todas as cláusulas constantes do Protocolo de Lusaca".

Quanto à decisão do Comité Cen-

tral do Partido governamental, MPLA, de criar duas vice-presidências, uma delas a atribuir a Savimbi, Chivukuvuku disse que "a Unita, como partido, não tem ainda comunicação oficial do governo" a esse respeito.

"Nós vamos esperar que o governo faça as 'demarches' que convêm e, nessa altura, as instâncias do partido dirão alguma coisa", apontou.

De acordo com Chivukuvuku logo que as condições estiverem reunidas, Savimbi irá para Luanda: "não falamos ainda com o governo (sobre) como vão os preparativos. Mas Luanda é capital de Angola, Angola é a nossa terra e o Dr. Savimbi é o líder de um partido político. Claramente, tem de vir a Luanda".

Sobre os incidentes dos últimos dias um pouco por todo o país, Abel Chivukuvuku não vê "motivos para preocupação".

"Na nossa óptica, declarou, o processo tem andado bastante bem. Não quero com isto dizer que talvez não subsista um problema aqui e acolá, isto é normal num processo como este, mas queremos fazer com que nem mesmo estes pequenos problemas subsistam. Por isso é que estamos aqui com o governo e sabemos que o governo tem vontade de cooperar connosco".

"Nós temos vontade de cooperar com o governo, nós vamos resolver estes problemas, caso existam", referiu.

A delegação da Unita é composta por nove elementos e, além de Chivukuvuku, integra o Chefe do Estado maior das tropas da Unita, general Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", Franco Marcolino, o general dos serviços de segurança da Unita Artur Vinama e o coronel Chijamba.

A delegação será reforçada nos seus contactos em Luanda com o chefe da sua representação na Comissão Conjunta de aplicação do protocolo de paz, Isaias Samakuya, pelo seu chefe da componente militar na comissão, brigadeiro António Urbano Chassanha, e pelo jurista Vitorino Hossi.

"Ben Ben", três anos depois de dado como morto

O chefe do estado-maior general das tropas da Unita (FALA), general Arlindo Chenda Pena "Ben Ben", dis-

se que hoje traz um "espírito patriótico" a Luanda, três anos depois da sua fuga da capital angolana, onde foi dado como morto.

À sua chegada a Luanda, integrado na delegação enviada do Quartel-General da Unita no Bailundo, "Ben Ben" disse que vive em paz desde que saiu da cidade, que se superou a todos os níveis e que consigo mora "um espírito patriótico".

Quanto ao aquartelamento das suas tropas, afirmou que "o governo e a Unavem (Missão das Nações Unidas em Angola) estão a tratar e a preparar as áreas e eles fazem disto melhor do que eu".

No aeroporto de Luanda e numa zona adstrita à companhia de aviação ligeira angolana "SAL", via-se uma pequena multidão atenta à chegada do avião com a delegação da Unita.

Ignorava-se, entretanto, se a multidão era de familiares das vítimas do acidente em que sábado morreram cerca de três dezenas de pessoas, entre jornalistas, futebolistas e responsáveis da empresa de gestão de empreendimentos "Maboque" na província de Benguela.

Mas quando o aparelho abriu a porta e dela saiu "Ben Ben", a população aproximou-se para de perto constatar se se tratava da pessoa que muitos duvidavam esteja vivo.

Alguns comentaram "é ele mesmo, ele está vivo" e um incrédulo comentou que, "vê lá, em Angola também já se fabricam sósias e pode ser o caso".

Estas exclamações tocaram fundo no coração do ex-guerrilheiro, que se emocionou a ponto de não olhar para quem o cumprimentava, dirigindo a sua atenção aos populares que o apontavam a dedo.

Em Luanda e nos dias seguintes aos combates após eleições de 31 de Outubro e 1 e 2 de Novembro de 1992, a Televisão Popular de Angola passou imagens de uma caveira que se dizia ser de Ben-Ben. Especialistas em criminologia e anatomia desenvolveram teses para provar que era do chefe militar da Unita.

Este facto faz com que a população de Luanda não acredite que "Ben Ben" e o líder da Unita, Jonas Savimbi, sejam de facto eles próprios mas sim seus sósias. "Leva tempo, mas irão acreditar", comentou uma fonte da Unita.

MOÇAMBIQUE A LONGA ESPERA

A proclamação da independência ocorreu em Maputo, até esse dia Lourenço Marques, faz no próximo domingo 20 anos. Mas foi em Mueda, território do povo maconde, que o princípio do fim da colônia portuguesa começou a escrever-se, quinze anos antes. Repórteres do PÚBLICO percorreram Moçambique durante três semanas. O seu olhar, das campas rasas que o capim tapou no velho e abandonado cemitério de Mueda à

capital onde tudo se encontra "em reabilitação" incluindo as pessoas, marca o início de uma viagem jornalística plural e multifacetada, todos os dias, até ao final da semana, pelo país de Samora Machel e Afonso Dhlakama. Um país onde um jornal acaba de aproveitar a liberdade para propor, para bandeira, o desenho de uma mão de todos os partidos estendida à caridade internacional.

75
vinte
anos
de
independências

95

Sim à corrupção não à guerra

Reportagem de César Camacho (texto) e Luis Ramos (fotos)

PÚBLICO, 20.6.95

MUEDA, NORTE de Moçambique, 16 de Junho de 1986. É o local que melhor representa a má consciência de duas nações, Portugal e Moçambique. É o símbolo de uma guerra suja. Joaquim Chissano, o Presidente moçambicano, esteve lá neste dia para inaugurar o memorial dedicado às "vítimas do massacre de Mueda", que ocorreu em 16 de Junho de 1960, quando militares do Exército português desapareceram contra civis desarmados.

É um cemitério murado, cedido de branco, com um bloco de cimento no meio a chamar a atenção para a data. Um cemitério novo. A menos de 200 metros está outro cemitério. Velho. Abandonado. Lá dentro estão umas dezenas de campas rasas que o capim tapou. "Aqui jaz João de Brito Vale, soldado nº 230484, morto em combate no dia 30 de Julho de 1965. Nasceu em Pechão, a 8 de Dezembro, Dia de Nossa Senhora da Conceição, em 1943".

O capim pode muito bem chegar aos três metros de altura. Talvez mais. Verga com a passagem do vento mas não parte. Entretepidando-o, estão quantidades assustadoras de feijão-macuco, ou "feijão-maluco", como também chamam a esse vegetal, inútil, coberto por uma penugem alourada que, em contacto com a pele, nos faz coçar incontroladamente, até ficarmos em carne viva.

O velho cemitério de Mueda está infestado. É um espaço em forma de quadrado. Serve-se da sombra fresca de três enormes árvores-manga, nascidas muitos anos antes dos muros de adobe. O portão em ferro, de duas bandas, foi vencido pela ferrugem. Da última vez que lá entraram alguém, em 1973, as portas ficaram entreabertas, até hoje, ano de 1986.

Só agora, alguém, bem-intencionado, achou que o cemitério velho, com todo aquele capim, alto, destorva da obra nova ao lado, cede e presta a ser inaugurada.

É, uma vez em 26 anos, cortou-se o capim do cemitério velho. Um corte à altura das cruzes. Ao menos para que se vissem as insígnias cristãs que demarcaram a última morada de todos aqueles desarmados.

Cá fora, muitas crianças e algumas mulheres, do aldeamento que tem sobrevivido ali mesmo à frente daqueles muros sem cor, interromperam o alarido com que tinham acompanhado aqueles três inesperados visitantes brancos. Parecia que se tinha alcançado um sentimento comum de respeito, feito de silêncio.

A verdade é que o desprezo pela vida se enraizou com tal peso que o respeito pela morada dos mortos quase desapareceu, contrariando a própria cultura da gente maconde.

Um dos visitantes baixou-se até ao denso tapete de capim, ainda mal seco, e olhou há menos de uma semana. Afastou-o com as mãos e disparou com outra inscrição. "BAT1580. Companhia 1510. Soldado 41.588/65. Morto em combate no dia 3 de Março de 1965". A sepultura ao lado já não tinha a lápide. Por qualquer razão, essa era de mármore, verdadeira, mais fina, menos pesada. Alguém a levou e, segundo contaram, fez dela bancada de cozinha, na cidade Pemba, nesse tempo controlada por Porto Amélia.

Foi em Mueda, território do povo maconde, que tudo começou, há 35 anos. A administração colonial tinha conseguido um quase milagre. Quatro fontanárias, esculpidas nos lugares estratégicos da principal povoação do planalto. Uma obra que mereceu danças e cantares do povo maconde, gente guerreira.

De facto, eles eram mais aptos para a caça, para a luta que para as campanhas de apacima do algodão. Muitos deles eram artistas. Escultores. Trabalhavam a madeira "pau-preto", usando ferramentas rudimentares. Quem oferecesse uma

"goiva" ou um formão a um desses artistas tinha-o eternamente devedor, porque ele haveria de preferir sempre a ferramenta a qualquer das medalhas que esboçavam os males especiais do SPM (Serviço Postal Militar) em todos os dias 10 de Junho. Paulo, o maconde, foi assim. No 10 de Junho de 1967 quis uma espingarda AR-10 e uma caixa de ferramentas, em vez do fito novo e da Cruz de Guerra que lhe quiseram entregar e não lhe diziam nada.

Foram estas artistas e capadores do planalto dos macondes que, em 16 de Junho de 1960, se juntaram frente ao edifício da administração colonial. Eles não compreendiam que o "milagre da água", que saiu das fontes, lhes ia ser cobrado. Uma "quinzeinta" — cinco tostões — por cada lata que comportasse 10 litros. Quando ficaram sentar-se à frente da casa do administrador iam com a ideia de reclamar um bem, a água, que jamais tinha custado dinheiro.

Os homens do pequeno destacamento militar enviado do Porto Amélia (Pemba) para manter a ordem não estavam preparados para aquele cenário. Viram homens de cara tatuada, dentes aguçados, aplicando-se numa linguagem gestual que os ultrapassava. Alguém, em exercício de comando, perdeu a cabeça. As espingardas Mauser e as metralhadoras FBP desapareceram. Morreram perto de 600 pessoas, quase entoadoras. E, embora a administração colonial não o soubesse, tinha-se aberto mais uma frente de guerra, com a vila de Mueda, maconde, no lugar de símbolo máximo.

Também é importante saber que os jovens macondes já não inscrevem na face a simbologia das suas famílias. Já não se usa — dizem os novos senhores, aparecidos do Sul, particularmente de Gaza, terra de Joaquim Chissano. Talvez por essa evolução o recinto que hoje presta honre-

nagem às vítimas do massacre de Mueda albergue apenas duas lápides de mármore, enormes, a dizer bem que espaço é o que ali não falta. Uma delas pertence à felicida esposa do ex-ministro da Defesa, a senhora Chipanda. Pareço que não teve nada a ver com a efeméride celebrada. A outra não tem nenhuma inscrição. É uma espécie de homenagem a todos os mártires sem nome.

POVO NOBRE, PEDINTE

É triste chegar à capital moçambicana e ouvir dizer o que vale e o que não vale nos nossos dias. "É preferível a corrupção à guerra". Corrupção, sim! Guerra, não! É a divisa mais ouvida, associada ao termo "reabilitar". Quer dizer que a melhor desculpa para um acconter de um prédio não funcionar é dizer que está "em reabilitação".

Foi o caso, na Etnia-Hotel Andahacia. Em Maputo. Hápede que quisesse desambarrar no terceiro andar, marcou para o quarto, seis, desca as escadas e colocava-se no seu nível de habitação. Perguntou-se português: "Ele — o elevador — está em reabilitação", respondeu, invariavelmente, o empregado acompanhante.

Vendo bem, tudo está em reabilitação. Incluindo as pessoas. A mão estendida apertar logo que se desambarrar. Quando se abrem as portas, começa-se a pagar. Até à porta de saída é um trajecto curto mas complicado. As mãos multiplicam-se nas pagas das malas e das malas de viagem. Continuam-se a pagar. Sempre.

Os polícias do trânsito, por exemplo, já estão mais discretos. Mandam parar o carro que transporta os repórteres. É de noite, há um farolim partido. O agente manda encostar, gesticula, apontando o farolim. Diz que "é multa aí para 200 con-

Continua na pág. 6

Continuação da pág. anterior

Sim à corrupção não à guerra

tos" (equivalente a 30 dólares). O condutor sorri, diz que vai negociar e sai do carro. Minutos depois volta e diz que o agente está a "ponderar a decisão" de mandar o carro para o parque. Situação que o condutor queria evitar a todo o custo. Se o carro fosse guardado no parque da polícia, podia lá não estar na manhã seguinte.

Tínhamos mesmo que negociar. O graduado deu a ordem a um agente de giro, que negligentemente balcava a espingarda metralhadora. Com um sinal de dedos gritou: "Vai levar esse no parque."

O polícia entrou no carro e começou a indicar o itinerário. "Vira à esquerda, vira à direita, esquerda, para..." Era de facto um sítio discreto, escuro, sem ninguém. O condutor desembolsou 15 dólares. O polícia abalou a sacabiar. Só era de esperar que naquela noite não nos cruzássemos com mais algum polícia com déficit de dinheiro de bolso. Mas, bem vistas as coisas, nem se pode chamar corrupção a esta modalidade com que os polícias asseguram algum rendimento extra. Os salários mé-

dios são uma miséria e uma desgraça desculpáveis e outra.

Pior é quando se sabe que a polícia arrestando umas quantas toneladas de meias de caixa, com a garantia de encaimento automático, selado. A castanha equivalia a cerca de 40 toneladas de hezias. Uma fortuna que, repentinamente, ficou sem dono. O empresário, paquistanês, garante que é apenas proprietário dos camiões que transportavam a mercadoria. Talvez o motorista, pago a 200 mil meticaís por mês (quatro contos), soubesse o segredo de alguma coisa de transformar caixas em hezias. A polícia recebeu instruções, de cima, para não facultar mais informações sobre este estranho caso. Para "não prejudicar as investigações", segundo a imprensa local.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Quando se pergunta o que pensam os moçambicanos de tudo isto, respondem

que a corrupção é preferível à guerra. Falam orgulhosamente de uma grande conquista. Liberdade de expressão. Já se pode criticar. Até já se pode dizer mal do Governo.

Os cartoonistas já podem ridicularizar o quotidiano de pedinchos, da mão estendida, o gesto mais comum e frequente. Foi assim que o semanário "Savana", publicado em Maputo, editou uma curiosa proposta para um novo símbolo nacional. Bandeira. O desenho mostrava todos os partidos representados no parlamento, com um sinal comum. Uma mão estendida à generosidade da comunidade internacional.

"Está a pedir" — um gesto que por vezes parece envergonhar os mais velhos mas não incomoda nada os mais novos. E repetem até à exaustão: "Corrupção é o que está a dar." E os mais velhos dizem

que "no tempo do Machel não era nada assim..."

"Nem os sul-africanos podiam alguma vez atacar o Samora de ser corrupto." Então e agora? Risco-en. Tudo se compra. Tudo se vende. Impostos ninguém paga. O tesouro público vive dos países doadores. Quando se aborda o tema cooperação, não se nota nenhuma atenção especial para Portugal. "Portugal é o que dá fundo. Ainda não curou as feridas do passado." Percebe-se que, exceptuando a cooperação no domínio militar, o investimento português não tem significado, ao lado das investidas de franceses, italianos e espanhóis.

Há poucos dias, a empresa de "leasing" que firmou os aviões de longo curso para a LAM, a transportadora aérea de Moçambique, foi lá buscar o último avião, por falta de pagamento. Foi depois anunciando que a TAP, a transportadora portuguesa, iria suprir o vazio de aeronaves criado. A interrogação que ficou no ar era bem explícita: "Quem vai pagar?" e

A viagem que não houve no comboio que não apitou

PÚBLICO, 20.6.95

JÁ ESTÁVAMOS mentalizados para uma viagem de comboio que iria ter uma duração previsível de este horas. Trata-se de cobrir os 202 quilómetros que separam a cidade Chimoió (ex-Vila Pery) da capital de Sofala, a Beira. Seis litros de água, 12 bifanas que a D. Ester, da pensão Flor do Vouga, tinha arranjado na véspera, dois quilos de maçã. Tudo inútil. O comboio tinha descarrilhado na estação anterior, em Manica, a 80 quilómetros.

O chefe da estação de Chimoió mostrou os dentes todos, num sorriso aberto, quando lhe perguntaram se era possível comprar antecipadamente dois bilhetes para o comboio do dia seguinte, para a cidade de Beira. Comprar bilhete hoje? Não! Compra antes amanhã, quando o comboio estiver a chegar.

Mas... queríamos fazer uma parte da viagem com o maquinista. Pode ser? Ai o chefe deu uma gargalhada. Pode. Se houver. Se houver o quê? Comboio, respondeu o homem, divertido. No dia seguinte, meia hora antes do anunciado no painel dos horários, a sala de espera estava já com muita gente. A bilheteira estava fechada e nem sombra do funcionário. Quando se aproximou a hora prevista para a chegada do comboio, as pessoas foram-se dirigindo para a bilheteira, que continuou fechada. Transpirava uma sensação de se estar num país eternamente à espera. Adiado.

Toda a gente se comportava com grande naturalidade. Formaram-se duas filas frente às duas janelinhas da bilheteira. De um lado homens, do outro mulheres. Porquê duas filas? — perguntámos. Um homem riu-se e disse que era por causa "das mães da mulher". Quando se forma a fila ficam todos encostados uns aos outros e entre cada um não cabe uma mortalha de papel, quanto mais um atrevido que queira passar à frente. As

mulheres formam uma fila e os homens outra, cada um a respirar no pescoço do outro. Felizmente fomos os primeiros a saber que não ia haver viagem.

Já passavam dos minutos da hora prevista para a saída do comboio (10h55) em direcção a Inhambane e, depois, à Beira. Os passageiros ainda não sabiam que não ia haver comboio. Como as bilheteiras não abriam, perguntámos. O mesmo homem, sorridente, candidato a um bilhete para Inhambane, estação a meio do percurso entre Chimoió e Beira, explicou. "É assim. O homem já veio aqui contar as pessoas que estão a querer bilhete. Custa 19 mil meticaís. Ele abre a bilheteira mesmo na hora do comboio chegar e as pessoas não vão querer perder... e vão a correr."

O que acontece, explicou o homem, é que nunca há troca na bilheteira. Os clientes preferem não perder o comboio e cada um lá vai deixando os seus mil meticaís. Se a aritmética não falha, 20 passageiros equivalem a 20 mil meticaís, significando que o homem da bilheteira almoça à borla e ainda sobra. Desde que haja comboio.

Deusa vez não houve. Perguntou-se ao chefe da estação o que se passava. O atraso já era grande. Então o chefe explicou que havia obstrução na linha. Um eufemismo para dizer que o comboio tinha descarrilhado à saída da estação anterior, em Manica.

Tentámos obter informações. Ao meio-dia já se sabia que a "máquina-correr" já estava quase a partir de Manica para repor a linha em funcionamento. Sabendo-se que a noção de tempo ali no Índico é substancialmente diferente dos padrões europeus, perguntámos quanto tempo iria levar a reparação. A resposta veio pronta: "Talvez amanhã." Aquele talvez foi imperativo. Pegámos nos sacos, na água, nas bifanas e nas maçãs e fomos para outra luta, que era arranjar transporte terrestre até à Beira.

Naturalmente, voltámos à pensão Flor do Vouga. E lá esteve a D. Ester, agarrada ao telefone, a perguntar a amigos e a conhecidos por alguém que estivesse a pensar meter-se à estrada, em direcção à Beira. Ao mesmo tempo, debitava-nos um selho provisório daquelas terras: "A esta hora — existe o

meio-dia e as 15 — só andam na rua os cães malucos e os ingleses..." Fazna agora acrescentada por dois frustrados candidatos a uma viagem de comboio.

Quando, já perto das 15 horas, surgiu o malagre e um fuzendeiro que estava de partida para a Beira, viu-se ainda, na gare do Chimoió, os pacientes passageiros que esperavam o comboio que havia de aparecer vindo de Harare, no Zimbábue, com "trânsito interrompido a dois quilómetros de Manica, por efeitos de obstrução na linha", segundo o relato dos homens das comunicações, afanosamente empenhados em rodar a manivela de um telefone que a Telecom de Portugal não desdenharia ter no seu museu.

Dois horas e meia depois chegávamos à cidade da Beira. A porta do hotel foi altura de acalmar os nervos e praticar uma boa acção. Distribuir as bifanas e as maçãs pela miudagem que sempre está por ali e decobrir nos "portugueses" uma certa tentação de solidariedade com os que passam fome. Decisão errada. Em segundos, a praca formigava e 12 bifanas e dez maçãs só suscitaram frustração, perante o retrato da fome, ali mesmo à frente.

Mais tarde, contado o episódio do comboio que não apitou a um alto funcionário dos Portos e Caminhos de Ferro, ele explicou-se. O engenheiro Ferreira Mendes, especialista em transporte ferroviário, contratado pela ONU, afirmava que há vários anos que contacta a utilidade do transporte ferroviário de passageiros. As vias não estão em condições (via estreita, do século passado), representando riscos acrescidos quando se trata de transportar pessoas. Mas, diz o técnico, trata-se de uma decisão política. Além de que a reabilitação das vias e do equipamento circulante vai envolver muito dinheiro. e

César Camacho

Transpirava uma sensação de se estar num país eternamente à espera. Adiado. (...) Sabendo-se que a noção de tempo ali no Índico é substancialmente diferente dos padrões europeus, perguntámos quanto tempo iria levar a reparação. A resposta veio pronta: "Talvez amanhã." Aquele talvez foi imperativo.

vinte anos de independências

MOÇAMBIQUE

regresso ao passado

PÚBLICO, 21.6.95

"O oficial dos Comandos recebeu um choque ao ouvir a palavra que classificava de colonialista o Exército a que pertencia, o som desagradava-lhe ao ouvido e isso acontecia mesmo quando a escutava na BBC para saber notícias de Portugal, não estava habituado à sua sonoridade, não fazia parte do seu vocabulário."

(Carlos Vale Ferraz, "Nó Cego")

SUSTENTA que a guerra colonial e a descolonização constituem os aspectos mais importantes da História de Portugal nesta segunda metade do século. Faz parte da geração que fez uma e negociou a outra. É disso que Carlos Vale Ferraz fala nos seus livros. E da "aventura de correr o risco da vida e da morte". Sobre tudo nos quatro primeiros romances: "Nó cego", em 1963; "ASP — De passo trocado", em 1965; "Soldado", em 1969; e "Os lobos não usam coleira", em 1991.

O primeiro livro, "Nó Cego", de Carlos Vale Ferraz, figura entre os

dois ou três melhores romances publicados em Portugal sobre a guerra de África. Usando como cenário os tempos da gigantesca operação "Nó Górdio", que decorreu entre 1 de Julho e 5 de Agosto de 1970 e envolveu oito mil homens, o autor assume na sua plenitude um dos lados da guerra — aquele onde situa o protagonista, um comando português mobilizado no Norte de Moçambique — sem nunca perder o respeito pelo inimigo, um e outro tentando matar para não ser morto. Não admira por isso que um dos mais entusiastas apoiantes do projecto do cineasta António Pedro de Vasconcelos na passagem (até hoje gorada) da trama romanesca a filme tenha sido... Samora Machel.

Carlos Vale Ferraz é o pseudónimo do coronel do exército, ainda no activo, Carlos Matos Gomes, um oficial de cavalaria com participação activa no movimento dos capitães e nas estruturas do MFA, nos anos de 1974 e 1975.

Colocado no Estado-Maior do

Exército, onde é neste momento responsável pelo projecto para a criação da aviação neste ramo das Forças Armadas portuguesas, Matos Gomes, 48 anos, natural de Vila Nova da Barquinha, conheceu os três teatros de guerra em África.

No dia em que celebrou 20 anos, era alferes e estava colocado no Norte daquela então província ultramarina, junto ao lago Niassa. Ali permaneceu entre Janeiro de 1966 e 1967. Dois anos depois, tenente, passou por Angola, sendo promovido a capitão (tinha 23 anos) para seguir de novo para Moçambique, onde comandou a primeira companhia de comandos. O 25 de Abril encontrou-o na Guiné, a assessorar as companhias de comandos africanos, além de participar em operações de tropas especiais em todo o território.

Foi ferido em combate na Guiné e recebeu a medalha da Cruz de Guerra de segunda classe. A Cruz de Guerra de primeira classe fora-lhe atribuída já, em Moçambique, por feitos em combate durante opera-

ções nas zonas de Mueda e de Tete, entre as quais a operação "Nó Górdio" e a defesa da barragem de Cahora Bassa, a partir de Chicós e de Estima.

Matos Gomes, aliás Carlos Vale Ferraz, foi convidado pelo PÚBLICO a revisitar o passado de expedicionário e a reviver a trama literária daí criada em Nampula, Pemba, Mueda, Montepuez, na ilha de Moçambique e, bem entendido, em Maputo, outrora designada por Lourenço Marques.

Foi este escritor-militar a primeira de uma série de personalidades a deslocarem-se às antigas colónias portuguesas nas proximidades da data de proclamação das respectivas independências. Com a iniciativa, pretendemos pôr em contacto com cada um dos novos estados alguém que a ele tenha estado ligado um passado longínquo e que as impressões (e/ou emoções) desse reencontro sejam dadas a conhecer aos leitores deste jornal através de um diário a publicar nos destacáveis que lhes vamos dedicar até ao fim do ano.

Assim, Carlos Vale Ferraz assinará nestas páginas, até ao próximo domingo, 25, data comemorativa da proclamação da independência por Samora Machel, em 1975, um conjunto de textos sobre o modo como viu Moçambique, 20 anos depois. Seguir-se-lhe-ão o general Adriano Lopes dos Santos, governador de Cabo Verde entre Março de 1970 e Fevereiro de 1974, e o brigadeiro António Pires Veloso, alto-comandante de Portugal em S. Tomé e Príncipe durante o período de transição que precedeu a independência, em 12 de Julho de 1975.

Adelino Gomes

o capitão comando e os seus soldados

PÚBLICO, 21.6.95

César Camacho (texto)
Luís Ramos (fotos)

NO RESTAURANTE Costa do Sol, em Maputo, estavam reservados 25 ou 30 lugares para um almoço de confraternização. Domingo, 4 de Junho de 1995. O encontro realizava-se a pedido de antigos combatentes, moçambicanos, que tinham servido às ordens de um insperado, mas anunciado visitante, convidado do jornal PÚBLICO para participar no trabalho jornalístico que assinala os 20 anos da independência. Carlos Matos Gomes, coronel do Exército português. Ou, Carlos Vale Ferraz, escritor, autor de "Nó Cego", um livro que atenua os males da alma daqueles que participaram naquela guerra e sobreviveram.

Antes de o homem chegar a Maputo — chegasse ele como militar ou só como escritor — já havia rumores de fantasmas. O boletim de notícias "MediaFax", produzido por uma cooperativa de jornalistas que ganhou credibilidade por se bater pelas liberdades mais elementares, no tempo mais difícil, acendeu a primeira chama. Certamente à revelia do editor, Carlos Cardoso.

"Ao que chegámos!", exclamava-se no título do "MediaFax". "O coronel português Matos Gomes, antigo capitão da 1ª Companhia dos Comandos da operação 'Nó Górdio' chega no domingo a Maputo, no âmbito das comemorações do 20º aniversário da independência nacional. (...) Gomes vai ficar dez dias e será cartaz num almoço de confraternização dos ex-comandos (...), permanecerá cinco dias no

Norte e, em vésperas da sua partida, o ex-comando do 'Nó Górdio' pronunciará uma conferência na Associação de Escritores Moçambicanos (...). A vinda de Matos Gomes a Moçambique é patrocinada pelo jornal português PÚBLICO".

Lido assim, a seco, por "fax", aparenta que estamos perante o maior atropelo que o povo moçambicano alguma vez sofreu. Em Lisboa, houve alguma preocupação. Não fosse um almoço, passado entre pessoas que ficaram a dever a vida umas às outras, prejudicar a cooperação e os negócios entre Estados.

Óbvio que estavam lá, como profissionalmente deviam, a RTP e a Lusa. E o PÚBLICO, naturalmente. Um almoço de companheiros que não se apertavam a mão há mais de 20 anos, ainda por cima ex-comandos, parecia ter os ingredientes para um apetitoso conflito. Melhor ainda se por acaso houvesse porrada.

Azar! Nem o coronel Matos Gomes nem o escritor Carlos Vale Ferraz quiseram alimentar o fogo. O almoço, em vez de começar ao meio-dia e meia começou às 14h00. A praxe latina ainda obriga a sinais de distanciamento. Por isso, a gerência do restaurante mandou organizar o espaço das mesas em U. Cabeceira e braços. O convidado pediu às pessoas que se aproximassem quanto possível.

A esquerda ficou um coronel, do Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique. Um homem que sobreviveu à operação "Nó Górdio". Chegou lá e disse que "não podia dispensar a oportunidade de apertar a mão ao capitão". Ao coronel, emendámos

nós. "Vim apertar a mão ao capitão..."

A direita estava um civil. Também tinha pertencido à 1ª Companhia, do capitão Matos Gomes. Estava contente, este engenheiro civil, irmão de um ministro. Estava lá a dar a cara, pelo passado e pelo presente. E assiu-se com uma expressão que só ofende a quem não combateu. "O capitão, não sou capaz de lhe chamar coronel."

E o outro sorriu, olhos húmidos, com o prato, galinha à cafreal, já servido, à sua frente. Falaram de quase tudo, embora se perdessem que evitavam falar da morte. A verdade é que estávamos a presenciar um acto de coragem invulgar.

Quase todos aqueles homens viveram em risco permanente. Primeiro na guerra. Depois, logo após a independência, as fotografias de cada um deles permaneceram mais de dois anos afundadas nos locais de trabalho, com a legenda "colaboraram com o inimigo colonialista". Um estigma difícil de carregar, nos tempos em que o regime moçambicano se orientava pela doutrina do socialismo de Leste, quando o revanchismo era uma atitude do quotidiano.

Estes homens tinham sido abandoados por Portugal e eram prisioneiros desse passado em que, bem ou mal, acreditaram. Foram humilhados a todo o momento, até que Samora Machel decidiu pôr termo a essa tortura psicológica quando, um dia, num dos seus característicos comícios populares, gritou que "estavam cobradas todas as dívidas e todos eram moçambicanos".

Agora, 20 anos depois, estavam sentados à mesma mesa, revivendo co-

se passado que tinha em comum, o facto de ter sido incontavelmente doloroso para todos. Mas estarem ali era também um sinal positivo. Sinal de que as feridas, embora lentamente, tinham sarado. Estavam ali a libertar-se dos "males da alma" com que a guerra infecta os seus intérpretes directos, os poetas, os soldados. Talvez tenha sido isso que o coronel Matos Gomes leu nos rostos marcados desses homens.

Deve ter sido mais importante esse encontro que a recusa da Associação dos Escritores Moçambicanos em ceder uma sala para uma conferência relativa aos 20 da independência. Uma recusa que teve como causa aparente esse mesmo encontro.

O NORTE REVISITADO

A segunda etapa foi a cidade de Nampula. No hotel Tropical, ao pequeno almoço, o empregado olhava fixamente o coronel Matos Gomes. Mirava-o e ria-se. Tinha-o reconhecido. Lá se explicou. Tinha sido empregado na casa do general Kaulza de Arriaga e, depois, na messe de oficiais. Quis fazer um cumprimento e disse: "O capitão está igual." Rimo-nos todos e fomos bater a cidade.

Na praça que separava os edifícios onde funcionou o quartel-general e o comando da Polícia Militar estava um alto pedestal de pedra. A enorme estátua de bronze, que representou um dos oficiais de Mouzinho de Albuquerque, repousava, embora em pé, à som-

Continua na pág. 8

crônica de viagem

PÚBLICO, 21 6 95

Carlos Vale Ferraz



As emoções da partida

É DIA 3 de Junho e estou prestes a partir. Passados tantos anos, preparo-me para voltar às montanhas mais escarpadas da minha memória e visitar as grutas de que julgava já ter esquecido os entrados. Dou por mim o fazer as malas com mais inquietudes e ansiedades do que as que sentia quando atirava para dentro do saco de bagagem, feição da lã verde dos regulamentos militares, os fatos camuflados, as botas de combate e o pouco mais que um jovem de vinte anos necessita para ir fazer a guerra naquela idade em que o desejo de aventura é mais tenaz do que a razão, e a curiosidade maior que a prudência de exigir respostas sobre o destino a que nos conduz aquele túnel por onde nos metemos.

Sinto à minha volta os perigos desta viagem contra o tempo que me propuseram e eu aceitei fazer. A experiência ensinou-me que o tempo é um monstro arrogante e invencível, mas aprendi também como ele despreza os mansos e os resignados a quem corrói a memória para os deixar na paz padre dos que não deixam rasto, e como ele aceita deixar-se ludibriar pelos rebeldes que os usam a aproximar-se e espriar para além do seu manto de esquecimento, até reencontrarem os locais das suas antigas batalhas.

Sinto o perigo rondar à minha volta como quando me aproximava das bases de guerrilheiros do planalto dos Macondes, antes do assalto, mas sempre segui por trilhos estreitos, escolhidos por mim, e só vou lutar contra o velho tempo e alguns novos fantasmas embriagados e diligentes, como militantes recém-admitidos na seita. Cá vou, confiado na boa estrela que me fez sobreviver a três anos de guerra em Moçambique, a peregrinar pelo Niassa e Mueda, os Estados de Minas Gerais, crente na mesma estrela de boa vontade, a única, diga-se, que tem acompanhado a minha consciência.

As relações com o Moçambique que me preparo para rever foram sempre o excitante jogo de paixão dos primeiros amores. É agora, que estou prestes a reencontrar o objecto que me encantou, temo descobrir as rugas da velha amante e cair na lamechice. Tenho visto fotografias desse corpo dilacerado e ainda assim belo, mas na realidade, quando o tocar de perto, em que se terá transformado, que marças lhe terão deixado o meu abandono, os novos amores, qual será a sua doença, e o seu humor, e o seu gosto pela vida?

É para um mergulho nas entranhas das cavernas percorridas durante os dez anos que a guerra durou naquela terra agora à distância de um salto de dez horas pelos então jovens da minha geração que me preparo. Quantos passaram por Mueda a caminho das Mocimboas, da Prusa e do Rovuma, de Diaca, de Antandara, de Miteda, de Nangololo, quantos conheceram a abandonada Mutamba dos Macondes, ou suaram na Nangade que alguém, com a soberba dos ignorantes, quis transformar em chave que fechasse uma porta que nunca existiu entre os

macondes do Norte e do Sul do Rovuma, todos com os olhos vermelhos de cansaço, de poeira, de medo ao deixar para trás as cantinas do China e do Santos?

Quantos foram descarregados em Nampula à porta da sala de operações do Hospital Militar? Quantos tiveram a sorte de ver a Ilha de Moçambique? Que perguntas fazem hoje sobre esses locais de nomes adormecidos na memória, mas sempre a postos? Como estarei aqui, que fizeram o tempo e os homens dos abrigos, das casernas, das torres de vigia onde passaram dois anos, como estarão os bares onde se afigurava a necessidade de acelerar o tempo em Laurentina e 2M? Que existe hoje naquela terra onde mal chegavam para dois anos de comissão logo queriam partir, da qual lhes resta uma lembrança de que poderia ser agradável, hospitaleira, prometedora, se não fosse a guerra?

Malas sobre a cama e a primeira dúvida é de novo sobre o tempo, agora no contexto do saber que tempo fez, porque os latinos designam do mesmo modo as condições atmosféricas e aquela noção de passagem que até Santo Agostinho reconhecia só saber explicar o que era quando não lho perguntavam. Será época de chuva ou de cacimbo? Quente ou frio? Uma tentativa para testar velhos conhecimentos: em Maio começavam as grandes operações e essas só se faziam durante a época seca. As grandes campanhas sempre se desenvolviam de acordo com o calendário, respeitando o ciclo de semear e de colher dos soldados-companheiros, pelo menos foi assim enquanto a guerra não se transformou numa fria disputa tecnológica. Estamos então na época do cacimbo, quando de noite se vestia uma camisola de lã e o impermeável aparecia de manhã coberto de humidade.

Acrescenta-se um agasalho de provisões e mais uns objectos úteis, uma navalha multiuso, em honra das velhas rações de combate Tipo E, o pó antimitótico, um repelente de insectos e falta descobrir se ainda existe a Camoprime, os comprimidos de quinino que o enfermeiro distribuía semanalmente e que se evitavam tomar porque, em bom português, se dizia que tiravam o tesão. Mas duas garrafas de vinho, destinadas a acompanhar um bom reencontro de amigos, uns enchidos, para recordar sabores da terra distante, uns rebuçados para os miúdos que certamente aparecerão a entender a mão, a sorrir e a chamar-me amigo. Felizmente cabe tudo na mala e ela fecha, desde que me sente em cima da tampa.

Cá vou. A caminho do aeroporto o motorista pergunta-me qual é o meu destino. Quando lhe respondo Moçambique, vejo pelo retrovisor um brilho de inveja nos seus olhos. Ele confirma, tem inveja de mim, do que vou ver, pergunta-me pelo Santos de Mueda e digo-lhe que talvez o encontre. Esta é uma inveja que aquece o coração, ao contrário de outras, que o pretendem atingir. Na próxima manhã vou ver o Índico e isso faz-me lançar o que fica para trás das costas. ■

a chegada e o reencontro dos velhos "escorpiões"

PÚBLICO, 21 6 95

crônica de viagem

Carlos Vale Ferraz

DURANTE a maior parte dos anos que durou a guerra, os militares partiram para África dos cais da Rocha do Conde de Obidos (só há pouco tempo, um livro do meu condiscípulo no Colégio Nuno Álvares, em Tomar, o Aprio Sottomayor, me elucidou que o palácio onde hoje se encontra a Cruz Vermelha era dos ditos condes, que deram o nome ao local onde embarcavam os contingentes) e de Alcântara, em navios da Companhia Colonial de Navegação e Nacional, baptizados Império, Niassa, Pátria, Infante D. Henrique, Príncipe Perfeito, Vera Cruz.

Os que se destinavam a Moçambique tinham pela frente 30 dias de balanços e enjões na rota dos antepassados, que iniciaram a aventura do império sem imaginar os trabalhos em que meteriam os seus pobres descendentes para lhes segurar as últimas parcelas. O aliciante da História é que os homens julgam sempre estar a construir uma obra definitiva e o tempo encarrega-se de os desfazer, com o mesmo prazer que o mar sente ao destruir os castelos de areia. O drama é haver quem faça e lance guerras e mortes para os defender. O ridículo é vir disparar tiros de pólvora seca e fazer danças de guerra sobre a praia lisa que o mar deixou, depois de os ter varrido com a sua espuma.

Continuação da pág. anterior

o capitão comando e os seus soldados

bra de uma mangueira frondosa.

Nampula também tinha uma surpresa para Matos Gomes. Apareceram-lhe alguns dos seus antigos comandos. Um deles é proprietário de um camião e de um restaurante. O "capitão" lembrou-lhe algumas "pequenas patifarias" e o "cabo" acenava que sim com a cabeça. "Era fresco, o gajo..." Depois apareceu-lhe outro. Um homem de 44 anos, que passou quase metade da vida de arma na mão. Fez as duas guerras de Moçambique. A colonial e a civil. Diz ele que a primeira ainda era uma guerra civilizada. "A outra nem é bom lembrar..."

Deixamos Nampula com destino à cidade de Pemba, no outro tempo Porto Amélia. É a capital de Cabo Delgado. Procuramos as antigas instalações militares, as messes de oficiais. A uma esquina, bem no centro da cidade, deparamos com dois recentes módulos de latrinas. É uma construção recente. Rasteira. Tem os apoios para os pés com o desenho dos calcunhares virado para a rua. Explicam-nos que quando alguém vai ali "fazer o serviço", a céu aberto, lá-lo recatadamente, cara virada para a parede e rabo para a rua. Com muitas mãos devem a vida dos filhos, foi executado, em 1975. Contaram que não se quis ajoelhar. Era descendente de nobres macondes. ■

No meu caso, eu iria tomar um avião das Linhas Aéreas de Moçambique, a companhia nacional que substituiu a DETA. Num salto sobre África, adormeci alguns sobre o Sara e acordei perto de Harare, no Zimbábue, as antigas Salisbúria e Rodésia. Preparo-me para aterrar no Maputo, a Lourenço Marques, que foi o meu primeiro destino. Novos nomes, um novo mapa. A história e a geografia mudaram, como já haviam mudado quando os nomes pelos quais eu tinha conhecido estas regiões lhes foram atribuídos. Como mudarão num futuro mais ou menos longínquo, mas inevitável. Dar novos nomes representa apenas o poder de quem domina a situação do momento. Acontece que os novos padrinhos se esquecem quase sempre de explicar que tudo tem um passado. Há 20 anos os homens da minha geração foram os actores e os testemunhas dos novos baptismos e, com a excepção dos inevitáveis representantes do que fica para trás, depressa nos habituámos a eles.

Quando o avião começa a baixar, é possível assistir ao nascer do Sol que avermelha as nuvens e se reflete no verde da terra, deixando ver os pequenos tocos de colmo das palhotas cobertas por uma névoa de manhã fresca. A África profunda, dos camponeses rungus, zanganes, macuas, viven-

Continua na pág. 9

ra de interromper a peregrinação. Vamos à procura de um homem que foi militar em Mueda e consta que reside ali, na cidade. Dizem-nos que tem um restaurante, com um nome sugestivo: O Encontro. Entramos. Os dois homens olham-se e abraçam-se. Depois umas quantas cervejas. Cinco minutos depois, o Santos está convidado para nos acompanhar a Mueda. Ele até é conhecido por "o Santos de Mueda".

É, porventura, a fase mais silenciosa desta viagem. Quando o pequeno bimotor Islander sobrevoa, baixo, os contrafortes da serra Mapi - que foi um dos teatros da operação "Nó Górdio", até parece que a boca voltou a ficar seca. Sem razão. Lá em baixo, vê-se Macomia, a pequena vila de onde muitas vezes se saiu, noite cerrada, para esse jogo de morte que era cada surtida de caça aos guerrilheiros nacionalistas da Frelimo.

um adeus a África

PÚBLICO, 21.6.95

QUANDO aconteceu o 25 de Abril, Julião não pensou que as coisas correriam como correram. Sabia que a descolonização ia acontecer e não a temia. Até achava que isso devia ter acontecido há muito mais tempo. Mas de outra maneira. Sabia que a história não apontava para aventuras como a de Ian Smith, em 1966, ali, na Rodésia ao lado. Nesse tempo, não se podia dizer que fosse um homem rico mas podia dizer-se que já era um homem importante.

Julião tinha influência na administração colonial porque, na zona onde vivia, quase tudo dependia da sua iniciativa. Eram os transportes terrestres, era o abastecimento de combustíveis, era a imensa e moderna estação de criação de gado. Tinha influência na comunidade negra por ser manifestamente contra a segregação racial. E os régulos, em particular o régulo M'Puzi, sabiam que era assim.

Escreveu cartas a quase toda a gente que podia influir no comportamento do país, em particular na economia. Uma delas, em 1976, a Almeida Santos, ministro da Justiça. Contava-lhe os indícios que já havia de desmoronamento quer da estrutura administrativa, quer económica. E que Chicualacuala (Malvéria) estava a ficar perigosamente longe de Goza e de Maputo (Lourenço Marques). Não obteve resposta. Achava que ele talvez já nem se lembrasse onde era Malvéria, aliás, Chicualacuala.

Almeida Santos não terá ficado impressionado sequer quando, numa das cartas, Julião explicava que a única saída era, aos 53 anos, regressar à origem. Depois de ter gasto papel e fala com o poder intermediário da Frelimo, escreveu várias cartas aos principais dirigentes. A última foi para dizer que, na grande "machamba" de Chicualacuala,

ainda restavam três mil cabeças de gado, o sistema de rega funcionava, a frota de transportes e a maquinaria estavam em boas condições. Queria entregar tudo aquilo em "boas mãos". Em troca queria quatro autorizações de saída. Para si, para a mulher e para dois filhos, legalmente adoptados. Claro que suportava o custo dos bilhetes de avião. Ninguém se dignou responder. Nem o então ministro da Agricultura de Moçambique, Joaquim Carvalho, que Julião garante tratar-se, "apesar de tudo, de um excelente homem". Parecia que ninguém queria "receber" o valioso património que Julião queria entregar, de bandeja.

Na altura custava-lhe a entender que não quisessem receber uma fortuna. Mas acabou por perceber. Enquanto tudo aquilo estivesse sua "dono", era de quem primeiro chegasse e aparrasasse.

Em 1946, com 22 anos, Amílcar Simões (Julião) tomou duas decisões. A primeira, casar com Nazaré Marques, também ela com 22 anos. Coisa para o melhor e para o pior. Quanto ao que fazer da vida, rejeitou as muitas promessas de sucesso no Brasil com que os padrinhos de casamento lhe aconselhavam. Dime sim à África. Nazaré não levantou objecções. Primeiro uma breve experiência em Angola, seguida de não menos breve regresso a Portugal. Finalmente a decisão de ir para Moçambique.

Os olhos, muito azuis, de Nazaré retomam brilho e vivacidade com a lembrança: "Quem alguma vez sentiu África nunca mais a esquece..." Também ela se deixa arrastar pelas recordações. Hoje, aos 71 anos, apoiada numa muleta, tem vontade mas já não sobram forças. "Quando lá me faltava al-

guém na padaria, eu ia amassar o pão, tender, até ia trabalhar com o forno. Quando me faltava alguém, fosse onde fosse, eu estava lá, a trabalhar, com as minhas mãos..." Passou meus bocados. "Foi a última mulher branca a sair de Chicualacuala. E as mulheres negras dançaram de tristeza por ela partir...", refere, enternecido o marido.

Pensou mais de uma vez em partir. Quando se percebeu que ia haver guerra para todos os gostos. Quase de um dia para o outro, em que girou um plano. Era carregar máquinas, vestures e pessoal (perto de 200 famílias) num comboio e passar a fronteira para a Rodésia. A locomotiva chegou à estação de caminheiro-de-ferro, em correntes loucas, a gritar que "estava a nascer o bezerro que ele estava à espera". Para Julião não era um bezerro qualquer. Era o resultado de uma tentativa de cruzamento que já levava mais de dois anos. "Ficou toda a gente zangada comigo, mas eu precisava de ver se havia resultado! E havia."

Só que naquele tempo (1976) ninguém parecia interessado na valorização de uma estação pecuária e bezerros eram bezerros, "fosse qual fosse o feitiço dos cornos". Comiam-se e pronto, mesmo que o touro de raça valesse milhares de contos. Eram as vésperas do adeus à África para o Julião, para a sua mulher, Nazaré, e para os dois filhos, António Manuel e Maria do Carmo.

Quando chegaram a Portugal, em Março de 1977, já não estavam admitidos pelo sistema de apoio retorno de nacionais. Nesse domínio, estavam "fora de prazo". Um dia Julião foi ao jornal "Expresso".

Chegou à sala com o então subdi-

rector, Augusto de Carvalho, que já conhecia. Um dia de sorte. Quando chegou, no fim da tarde de segunda-feira, dia em que a direcção e a redacção desenhavam o esqueleto da edição seguinte, constava das propostas de trabalho um encontro com o alto-comissário para os assuntos dos retornados.

O jornalista encarregado do contacto com o alto-comissário foi convidado a conhecer o Julião. Fizeram-lhe uma síntese da situação daquela família, deram-lhe o "projecto de integração" proposto pelo interessado e disseram-lhe para confrontar o alto-comissário com essa nova realidade, de alguém que tinha dessemelhado em Portugal um mês depois da publicação do decreto que determinava a extinção da incómoda e estigmatizante condição de retornado.

O então alto-comissário, António Gonçalves Ribeiro, entendeu que "não há regra que não tenha excepção". Decidiu dar-lhes uma oportunidade. Tanto mais que o homem dizia que "não queria estacionar no Romão". Três anos depois, a Quinta do Quinto, perto de Vale de Figueira, chamava a atenção. Era uma propriedade modesta. O próprio posto de transformação de energia foi construído por ele. Quando a estufa ficou, incluindo a cegueira num dos olhos, Julião aceitou uma proposta para vender a quinta. Tinha pago empréstimos bancários e subsídios de integração. Não permitiu ninguém. Diz que se limitou a cumprir. Hoje está retirado, ali perto da Fundação José Belvas, em Alpiarça. Manifesta pena por, ao longo da vida, não ter lido poesia. Porque? "A poesia ensina a viver." Uma razão para insistir em ver publicados os seus versos, que contam a sua vida. E a vida de gente que passou pela sua. ■

Cláudio Clemente

Continuação da pág. anterior

a chegada e o reencontro dos velhos "escorpiões"

do como os seus mais longínquos antepassados, aproxima-se, reconheço-a por momentos, mas não é para ela que me dirijo, porque me anunciam a aterragem dentro de momentos.

Excepto na América, os aeroportos parecem-me sempre práticos mal implantados em esculturas antigas. Obras que nada têm a ver com algo que exista na terra onde os instalam. O do Maputo não escapa a este ónus de corpo estranho, apesar de ser exactamente o mesmo de há 20 e tal anos. Ao estilo da época em todo o Portugal, do Minho a Timor, parecido com o de Pedras Rubras, que também foi cristadado, agora, São Carneiro.

A burocracia tem má fama em todo o mundo, mas a africana é famosa entre todas pela lentidão e arbitrariedade dos actos. Ninguém consegue entender para que servem os sucessivos controlos, registos, revistas, carimbos. Conhecendo um pouco de África, é fácil compreender que ninguém jamais verificará qualquer desses actos que os funcionários executam com roto impassível e impenetrável a qualquer tentativa de explicação. Eles estão ali para fazer aquilo e é

tudo. Não adianta barafustar e muito menos irritar-se. O tempo em África é outro, esqueça-se as pressas e os horários. Apesar destes preconceitos de que ia munido, as formalidades foram breves. Só mais tarde teria a oportunidade de reencontrar esta máquina actuando em todo o seu esplendor.

Depois de passado o exame das barragens, já no exterior, tenho os primeiros encontros com alguns dos amigos que aqui se encontram e que aqui permaneceram, resistindo às convulsões da independência.

Ao reencontrá-los, perdem o sentido as perguntas que trazia para lhes fazer. Basta-me olhar para os seus rostos de homens por quem a História deste país passou com toda a violência. Antigos combatentes das forças de elite do Exército português, compreende-se que tenham passado por maus momentos. Mas temos um almoço de confraternização marcado para um restaurante de Costa do Sol, eles são hoje moçambicanos de corpo inteiro, alguns com cargos civis e militares importantes, alcançados à custa do seu esforço, do seu patriotismo, e não abdicam de exercer o seu direito ao passado

comum, sem ser para o celebrar, mas para o respeitar. É esta diferença a que alguns — os daqui, como os de Portugal, ficam sempre para trás na História a agitar fantasmas e a esgrimir contra moínhos de vento — não conseguem, ou não querem entender.

Em qualquer lugar onde encontre homens como estes com quem combati, sinto um orgulho emocionado. Contudo, hoje, aqui, no Maputo, participo num momento mágico, porque eles demonstram como os criados numa guerra puderam servir para os dotar do grande conhecimento da vida, da tolerância, da confiança no futuro que eles exibem.

Este almoço revela também a normalidade da vida no novo Moçambique. Quem se juntou foram os jovens que há 20 anos escolheram o escorpião como totem do seu grupo e a eles juntaram-se os seus sucessores. Ninguém sabe explicar a razão da escolha do la-crou, que, no emblema antigo trazido por um deles, me parece antes uma gamba. Também para testemunhar este acto serve a galinha à caçafra e a cerveja Laurentina (por acaso, masinha; tem de melhorar).

Critica-se a cerveja, mal fermentada, mas não há uma palavra de ódio, de rancor, de loutor à guerra. Apenas recordações, querer saber de ausentes. O Ofinar, o nosso enfermeiro, conseguiu durante a guerra civil, ou a "segunda guerra", como se convencionou chamar à que se seguiu à descolonização, conduzir a parto seguro os doentes a seu cargo e está num hospital perto da Beira, o Victor trabalha na rádio em Namputa. Dou-lhes notícias dos de Portugal.

Vendo e ouvindo este homem vivido, cicatrizado, que me recebe de braços abertos, quando chego de mais de 20 anos de distância, não posso deixar de pensar como o destino lhes foi adverso e ingrato ao colocá-los do lado mau da História. Agora confiam e labutam. Tiramos um retrato à volta dos "escorpiões" presentes, para testemunhar as marcas que o tempo nos deixou.

Se se lembram, anoitece cedo em África. Está-se a meio da tarde na Europa, mas à beira do Índico será noite dentro em pouco. Amanhã é dia de trabalho, despedimo-nos e desejamo-nos felicidades.

Regresso ao Polana para descansar. ■

seis histórias do país de samora

PÚBLICO, 22 6 95

Da filha mais nova do fundador da Frelimo, a cantora e produtora Chude, ao percussionista Mano Zé, nascido no dia da fundação do Estado; de Alice e Ester, em Moçambique de pedra e cal apesar das raízes portuguesas, ao mestre de gerações de fotógrafos, Ricardo Rangel — eis um conjunto de histórias acontecidas nestes 20 anos de independência e a que não faltam as deliciosíssimos episódios dos intelectuais dez dias fechados numa vivenda com piscina para escreverem o hino nacional e do pianista português a compor, quase moribundo, a música que haveria de se ajustar à letra do hino da Frelimo.

1. NASCIDO A 25 DE JUNHO

AOS 20 anos, é um pessimista sorridente. Não admira, tratando-se de um emblemático representante da "geração do carapau", que sobreviveu aos negros anos do racionamento e se confronta hoje com o desencanto do "milagre capitalista".

João Nhacocane nasceu em Maputo no dia da Independência de Moçambique, terceiro dos sete filhos de um carpinteiro. Solteiro, vive em casa dos pais, no Chemanchulo, à saída da cidade. O bairro é um emaranhado de fabriquetas, armazéns e moradias modestas como a dos Nhacocane, com oficinas no péto, à sombra de grandes mangueiras.

Como os demais irmãos, a sua educação na escola foi de par com a aprendizagem do mister paterno. Uma e outra ficaram para trás, sacrificadas à música, a grande paixão da sua vida. Ele acha que a costela artística vem do lado da mãe, que costumava dançar em grupos folclóricos.

Herança forte, já deu: dos quatro rapazes, três são músicos. A vedeta, até agora, é o mais velho, Jorge César, cantor-compositor dos famosos Ghorwane e percussionista convidado da Companhia Nacional de Canto e Dança. Inaia, o irmão que lhe sucede, toca timbala (marimbas) numa banda que experimenta juntar electrónica e instrumentos tradicionais.

Mano Zé prefere a percussão, mas também toca viola. Tinha apenas doze anos quando tocou em público pela primeira vez, substituindo o baterista ausente, num bar do seu bairro. Gostaram tanto dele que o consideraram para ocupar de vez o lugar.

Actualmente, é percussionista do grupo óptico dos Caminhos de Ferro de Moçambique. Considera-se "limitado pela vontade dos outros, que têm os seus próprios projectos". O dele é constituir um trio de percussão com os irmãos, "para tocar jazz fusion".

Namora há seis anos com uma miúda estudante. "Existe confiança entre nós", explica, frisando que isso constitui excepção entre os jovens maputenes. Futuramente, espera casar com ela e ter crianças, mas com controlo. Reconhece a necessidade de planeamento familiar, muito embora afirme gostar "mais da tradição do que da vida moderna". Porque, na sua opinião, a sua geração "é pior que a anterior" e "cheia de confiança".

Nasceu por entre promessas de "amanhãs que cantam", com feijão e arroz, e carapau às vezes. Cresceu a sonhar com o mercado livre, "o bom, o da Coca-Cola". Depois, quando ele chegou, constatou que, "agora, que há coisas à venda nas lojas, não há dinheiro para as comprar".

"É uma geração sem esperança", diz ele. No entanto, quando chegou a hora das primeiras eleições democráticas, em Outubro do ano passado, ele não deixou de ir votar. Agora, acha que foi enganado, porque ainda não viu mudança. "As promessas não foram cumpridas."

Jose Nhacocane não entende nem se interessa por política, mas considera que devia haver "melhor entendimento" na sociedade. Para isso, acha que é preciso, antes de mais, "melhorar a educação".

Diz que gosta de fazer o bem, mas não frequenta igrejas, nem está muito certo sobre a existência de Deus. A salvação, se existe, é individual.

A dele, claro, é a música. — J.P.S.

2. HINOS E HINOS COMPONDO

"VIVA, viva a Frelimo/ guia do povo moçambicano". Estes versos são cantados por toda a gente em Moçambique, governantes, funcionários, camponeses e, inclusive, pelos militantes e simpatizantes da Renamo e de outros partidos da oposição. Cantados desde a primeira hora em que Moçambique se tornou independente, há vinte anos, são os versos com que se inicia o hino nacional.

Composto em 1975 pelo maestro Cheman, um velho músico que estudou na Bélgica Suíça, ao lado de outras figuras históricas do nacionalismo moçambicano, o Hino de Moçambique deveria ter sido substituído ainda antes das eleições. Na altura, abriu-se mesmo um concurso público, que mobilizou escritores e músicos muito conhecidos no país, mas o projecto acabou por ser adiado por razões políticas.

Não foi a primeira vez. Muito antes, em 1964, a Frelimo tinha juntado um grupo de escritores e músicos numa bela vivenda com piscina no bairro de Matala. Mia Couto, o poeta Rui Nogueira, Albiro Magalhães, Calisto Tanzi, Gulamo Kham ou o compositor Selomão Manhica, actual vice-ministro da Cultura, participaram na operação.

Durante dez dias compuseram sucessivos hinos, que sucessivamente foram recusados pelas "estruturas". Uns por razões políticas, outros por razões formais, outros simplesmente porque se mostravam inviáveis quando utilizados. "Por exemplo", recorda o escritor Mia Couto, "lembro-me de um cujo refrão era 'noaa pátria de heróis'; o coro cantava sempre 'noaa pátria de arroz'. Foi recusado."

A operação terminou sem sucesso. Tempos mais tarde, porém, Mia Couto foi acordado por um telefonema de Gulamo Kham. "Disse-me que tinha de se encontrar comigo, deu-me um endereço e eu fui. Parecia-me tudo muito misterioso. Ele estava à minha espera numa pequena casa, escura, com duas ou três divãs. Era a casa de um velho pianista português. 'O homem já criou o hino', explicou-me Gulamo Kham apontando o velho, "agora é só fazer a letra".

Nasceu assim não o Hino de Moçambique, mas o actual hino da Frelimo: "Somos soldados/ soldados da paz/ armados de esperanças/ unidos contra a burguesia". Infelizmente, também este já está desactualizado. —

João Eduardo Aguiar

3. ALICE, EDUCADORA POR VOCACÃO

FICOU em Moçambique por três razões. Por amor à terra e às pessoas, por necessidade de ganhar a vida para educar os três filhos, porque também era preciso coragem para "emigrar" para Portugal. É Alice dos Anjos Santos. Tem 69 anos. Toda a sua vida adulta foi profissionalmente ligada à educação. Foi bibliotecária no Liceu Pêro de Anísia, na cidade da Beira, desde 1962 até 1978, ano em que foi convidada para professora de Trabalhos Manuais, na Escola Industrial e Comercial. Já eram tempos muito difíceis nessa altura.

Orgulha-se de ter feito uma inovação na disciplina de Trabalhos Manuais. Tinha que dar aulas a rapazes e a raparigas. "Não ia ensinar ponto cruz aos rapazes, não é?" Assim, arranjou três modalidades de trabalhos manuais para os

rapazes. Já que não dispunham de materiais suficientes nas oficinas, abaloiou-se aos trabalhos em corda, assal, em jardinagem e cerâmica. Resultou. Pelo menos, enquanto houve aulas o jardim da escola manteve-se um jardim.

Estamos perante uma mulher de rosto suave, a transpirar ternura, com uns olhos quase cinzentos. Fala-nos no interior da sala de leitura da biblioteca do Centro Cultural Português, pela qual é responsável na cidade da Beira. A sala, que abre de segunda à sexta às 13 horas, estava cheia de estudantes. Adolescentes e adultos. É talvez o único lugar em Moçambique onde se fez algum esforço quanto à defesa da língua.

Ela escuta o seu trabalho com gosto. "Estou habituada a preparar livros e documentos para estudantes. Quando aparecem aqui, dependendo das épocas do ano, quase adivinho o que procuram." A conversa volta à pergunta de partida. Nunca deixaram Moçambique. Os filhos não queriam partir. "Que pátria é que lhes ia dar, sem ser aquela onde nasceram?" — pergunta, com alguma emoção.

Hoje, o Miguel, mais novo, é arquitecto, vive em Maputo. O Norjón, mais velho, também é arquitecto, vive na África do Sul. A Mabel, a do meio, é professora e está a acabar o curso de Educação Física. Alice lembra-nos que não foi fácil conseguir que os três filhos chegassem onde chegaram. No fundo, foram eles as três maiores razões para não ter saído de Moçambique. Apesar de ter saudades do tempo em que as janelas da sua casa não precisavam mais do que da rede que impedia a entrada dos mosquitos e outras incómodas espécies voadoras. "Hoje não tenho uma única rede de janela sem grades do lado de fora."

Nota-se mágoa na voz, quando diz, com alma, "que este povo — moçambicano — não nasceu ládrão...". Desabafa que só pode ter sido "a fome e a guerra" a conduzir muita gente para os assaltos e roubos. Despede-se dizendo que continua a sentir-se feliz por lidar com estudantes. Atende mais de 200 por dia, de vários graus de ensino. "É pena — acrescenta — que em Portugal se dê tão pouca importância à cooperação no domínio do ensino, em associação com a manutenção da língua portuguesa." — G.S.

4. A "CASA" DE ESTER

"CÁ NASCI, cá casei, cá tenho vivido." Ester Maria Castro Gonçalves tem 32 anos. Nasceu na cidade de Chimioio quando ainda se chamava Vila Pery. Mãe tinha feito 18 anos casou. "Desde 1977 até 1981 [o ano em que se casou] só havia duas moças brancas aqui, em Vila Pery." A mãe ficou viúva aos 36 anos, tinha ela cinco. O marido interessava-se pela frota de transportes de mercadorias e pela fazenda e ela toma conta da pensão-residencial e do restaurante que a mãe dirigiu, "enquanto teve saúde". Faz questão de dizer que não herdou a "residencial". Comprou-a à mãe, por 10 mil contos. Bom dinheiro, mesmo em 1990. Hoje diz-se mais que é a "Casa da Ester". Portuguesa (e tanta outra gente) que precise de ajuda é a casa porta que vai bater.

Só no ano passado, pela primeira vez, se lançou nessa aventura de viajar por estrada desde Chimioio até Maputo. Dois mil e 400 quilómetros, sem novidade. "É uma viagem linda, apesar de não se poder viajar de noite." Nos seus 32 anos, veio a Portugal três vezes. A referência é quase para dizer que "há raízes que não se perdem". Faz-nos um convite, só recusado por questões de calendário: "Não querem ir ao Songo? É conhecido por cantinho de Portugal. As festas dos santos populares são mesmo assim, populares, com sardinhada e tudo..."

Tem um filho a estudar no Songo e outro na Beira. Vai lá todos os fins-de-semana para os buscar. A educação das crianças é o grande problema. Os programas de ensino são desactualizados. É

Continua na pág. 11

Continuação da pág. anterior

seis histórias do país de samora

preciso mandar as crianças para fora, "perde-se muito com a sua ausência". Mais um rescaldo: "O consultado (de Beira) logo passou a comunidade portuguesa que está quase extinta". O filho, Rogério, de 13 anos, quer ir estudar para o Zimbábue. Porque? "Não quer ficar inferior aos outros miúdos. Quer aprender inglês. Quando do dia. A língua inglesa é indispensável. Podem-se saber o português. Se Portugal não se interessar por isso, será apenas uma questão de tempo. Apesar de se continuar a defender que Moçambique constitui um país unido enquanto se falar português, quem o diz é Ester Maria Castro Figueiras, nascida e radicada em Olinda e não faz parte de nenhuma gabinete do Ministério das Negócios Estrangeiros de Portugal. » E.C.

5. DUKE RANGEL

EM MUITO Ricardo Rangel gosta de brincar de xadrez chinesa. "Foi o meu primeiro interesse pelas coisas da luz", recorda ele, sem interromper uma sessão de "chês" no honco de imagem do Centro de Formação Fotográfica, que dirige em Maputo.

Conta que, um belo dia, arrastou o relógio do avô, corrente oxidada, para trocar pelo "copete" Kodak de um amigo mais afetuoso. Foi apaixonado e a transacção emblema levou o respondão que se irrogaria, mas o bichinho fora.

Nasceu em Lourenço Marques, quinta família onde se misturava sangue negro, chinês, português e grego. O destino não abundava e começou a trabalhar muito cedo, numa garagem, como ajudante de mecânico. O pairo tinha um amigo que era fotógrafo. Começou por vender-lhe o estúdio. Pouco depois, já era ele que ia à farmácia comprar os produtos químicos e se fiava no laboratório horas a fio a manipular reveladores e fixadores. "Durante dez anos fui um rato de câmara-escura". «overando os prêmios da carreira.

Quando, por fim, conseguiu entrar no jornalismo, foi aliado pela porta das Traseiras, coborendo como impressor no "Quotidian de Lourenço Marques", um diário bilíngue que se publicava na época. Finalmente, em 1982 estrou-se como repórter no "Notícias da Tarde". Era o início de uma carreira de 40 anos, que o levou a todos os jornais de Moçambique.

Primeiro fotógrafo não-branco no país, não tardou em dar nas vistas da FIDE. Apoiado a defender partidos, foi preso com os seus colegas da célula nacionalista clandestina, incluindo a poetisa Nkoina de Sousa e o cinema Rui Guerra, que partiram ambos para o exílio.

Ele ficou e foi convidado a integrar a equipa de um novo diário, o "Tribuna", que veio a revelar o uso da imagem na imprensa moçambicana. Maquias, ovidas e penetração na dura realidade das estruturas caracterizavam o trabalho do jornal, onde Rangel chegava o departamento fotográfico. "Foi nessa altura que eu fiz as minhas primeiras fotografias", recorda.

A "Tribuna" seria o primeiro de três jornais que ajudou a criar ao longo da sua carreira, tendo sempre estado no nascimento de uma comunidade social de qualidade em Moçambique. A seguir veio a revista "Tempo", nascida em 1979 por iniciativa de um grupo de jornalistas descontentes com a passividade da imprensa estatal.

Nacionalista convicto, recebeu com entusiasmo a Independência e colocou-se de corpo e alma ao seu serviço. A partir os anos oitenta, então designado como a "Dezenda para acabar com o subdesenvolvimento", envolveu-se na criação de mais um jornal, desta feita o tabloide "Diário".

Como diretor do semanário, veio a encontrar ensinadado entre o Departamento de Trabalho Ideológico da Frente e uma redacção de rebeldes reunidos os profissionais mais brilhantes do país. O "secre" provocou-lhe um colapso cardíaco e os médicos obrigaram-no a um prolongado repouso e aconselharam-no a abandonar o jornalismo.

Foi então que o convidaram para dirigir o Centro de Formação Fotográfica, a primeira escola do ramo no país. Ele acabou logo, e ali se mantém ainda, aos 71 anos. "Sempre foi o meu sonho criar, formar uma nova geração de fotógrafos".

Esse projecto, acelerado desde a independência, já se esgotava na década anterior, no "Notícias", onde ajudou a formar a maior parte dos repórteres actualmente no activo. "O "Notícias"

foi como a orquestra de Duke Ellington", comenta orgulhoso. "Os homens passaram por lá todos".

O jazz, claro. A outra paixão da sua vida. Conhecido-o na adolescência, durante a Segunda Guerra, quando um comboio de navios aliados fundou durante meses na neutral baía de Lourenço Marques, fugindo aos submarinos alemães. Com os amigos fez amizade com os marinheiros, trazendo algumas por "blue jeans" e discos.

Desde então, ficou viciado em "the-bop", e ao longo do meio século, promoveu "jam-sessions" e arreboou uma valiosa colecção de discos. Organizou-se de passar revistas musicais em 78 rotinas, incluindo mais de dez processos V-Discs, de tiragem limitada, que os músicos gravavam gratuitamente, em apoio ao serviço de guerra. Diz que já lhe desceram muito dinheiro por eles, mas recusou-se a vender. No entanto, procurou-se com o destino que terá, depois da sua morte, o mesmo espírito de fé e fé.

Ele, que toda a vida foi publicando imagens de imprensa, nunca se esqueceu os seus amigos. O seu primeiro livro foi lançado em 1972, após muita insistência dos amigos, numa iniciativa do Centro Cultural Princesa Margarida. Um segundo deve sair em breve, relacionado a vida do escritor durante a guerra colonial na Rua Arago, a zona das câmbios e bordéis junto ao porto de Lourenço Marques.

"O livro ainda não saiu e já está a dar cadeia", queixou-se o fotógrafo, resumindo. "Um jornal deu a notícia com o título: Rangel mata de novo o professor". Não é nada disso.

O livro será ainda uma revistinha poética e sentimental a uma rua que nunca preferiu nomear a sua formação. Ali se fez homem, na companhia dos irmãos da famosa Rita Mariana-Teresa, internacional em poemas por José Craveirinha, seu amigo de toda a vida.

A Rua Arago atraz de tudo, e continua o pélo mais conspícuo do país, naquele tempo. Havia os músicos, como o lendário guitarrista Dudo, que morreu tuberculoso. Havia a boémia intelectual, que ali se reunia a beber nascer fora, brindando a música independente. E havia também os camaradas portugueses, e os portugueses, os húngaros, a tropejar e a pòlica militar, para garantir os bregos de criar bicho como trabalhavam nos bares e bares internacionais.

"Talho que lá voltar um dia destes", diz Ricardo Rangel, sempre sorridente. Para ele, a rua continua na mesma, embora o nome passou de Arago para Bagnoyra. "Mudou de género. Mas não...". «

José Pinto de Sá

6. LETRA E MÚSICA DE MONDLANE

QUANDO da entra em palco, há sempre alguma na sala que se ergue ao vivo: "É a filha do Jonda, o fundador da Frente". Mas quando começa a cantar, vão por si. Alá, a coisa que ele mais destaca e ser formada por "filha do pai" e nunca se serve da psicóloga para sugerir sin-pelas. Publicamente, distanciou-se sempre das

clivadas políticas e a Frente não contou com ele nos "abertura" da campanha eleitoral.

A voz potente, a afinada ampla e a energia contagiante que pôe em cada cântico é que a transformaram na cantora mais apreciada do "je-je" moçambicano. E, sobretudo, o inimitável estilo que põe em tudo o que faz.

Chude Mondlane é uma perfeccionista fútil. De concerto para concerto, refaz arranjos e pensa na hora, buscando melhoramentos a formação ideal. Paga os "cachês" mais altos aos melhores músicos e exige o máximo de cada um. Caço uniu no "show business" nacional, aos seus estrais músicos chega tarde nem pedindo de mais, que dá no decore. "Trabalho é trabalho...".

Decorantes com os serviços dos promotores de concertos, criou a sua própria produtora. A Right Sound distingue-se entre as empresas tradicionais pelo cuidado esmerado dos concertos, a qualificar do som e da luz, a sensível a crítica.

"Off the stage", como se diz, Chude é um miúdo de aparência arrogante e de desarmante fragilidade, que os olhos escuros não conseguem esconder. Pode ser exigente até à crueldade, e no minuto a seguir, ser fútil de forma mesmo: olhar a Janet, a filha de cinco anos, que tem os bregos e o nome do avô brasileiro.

Janet Rio Johnson conheceu Eduardo Mondlane em 1961, na universidade. Ele era negro, herdeiro de uma chefaria chingana sob o jugo colonial. Estudava com uma holandesa Estelita Uchido, numa brilhante carreira académica apoiada pelo Missão-Sulá, onde aprendera a ler.

Com Janet ao seu lado, Mondlane doutorou-se em Sociologia e Antropologia e regressou a África ao serviço das Nações Unidas, mas fundou a Frente de Libertação de Moçambique e, dois anos depois, prendeu a insurreição geral armada contra o colonialismo português.

Eduardo Mondlane foi assassinado em Perere em 1969, mas o destino do colonialismo estava traçado. Sete anos depois, o seu sucessor, Samora Machel, proclamou a independência de Moçambique. A pequena Chude esteve presente à cerimónia na tribuna do estado da Maratona, com a mãe e o irmão, Edvardinho e Nykete.

Chude é a maior nome das três crianças de Eduardo e Janet. Cresceu entre os Estados Unidos e a Tanzânia, de onde o seu pai dirige a luta de libertação em Moçambique. Embora esteja há anos radicada em Maputo, ainda usa um português breggo, com palavras em inglês pelo meio e um sotaço sempre africano.

Mas também, também permanece fortemente ligada aos Estados Unidos, como cantora e como compositora. Chude coordena intimamente o trabalho das grandes vozes moçambicanas, de Sarah Vaughan a Chela Kham, mas sabe intergrar todas as influências num estilo muito seu, em que os sons são o primeiro objectivo.

Além do performance, Chude terá herdado o talentado do pai, que estudou violão com os maiores do país. Podia ter sido escritora por dia a passagem da autobiografia de seu pai, que recorda uma sessão musical improvisada com outro parter, em respectivo. "Ainda mesmo de ter produzido um som, sinto que se duas coristas se harmonizarem e sei que vamos criar qualquer coisa de melhor do que eu". «

José Pinto de Sá

SAVINIBI À ESPERA DE CONVITE FORMAL. — O líder da UNITA, Jonas Savinibi, declarou ontem não ter ainda respondido a um convite do Governo de Angola para ocupar o cargo de vice-presidente, porque esse ainda não lhe foi feito de forma oficial, anunciou a televisão zairense. As declarações foram feitas numa entrevista gravada na quinta-feira, depois de um encontro com o Presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, em Chabalita. "Ainda não tomei nenhuma decisão. Estou à espera de receber uma carta do Presidente [José Eduardo] Dos Santos, assim como dos seus enviados. Estamos completamente abertos. Mas só depois disso nos se poderemos de facto ser úteis nesse cargo. Tenho que consultar a comissão política da UNITA para poder dar uma resposta", disse Savinibi. A rádio angolana anunciou na quarta-feira que Liaanda convidaria oficialmente o líder da UNITA para ser vice-presidente num futuro Governo de unidade nacional.

3 **CRONICA DE SANGRE**

Carlos Vale Ferraz



áfrica de cinco estrelas

PÚBLICO, 21.6.95

ULTRAPASSA-SE o período do parque de estacionamento e entra-se num outro mundo, o mundo da África de cinco estrelas. Uma revista sul-africana de turismo, sobre a vida do quarto, publica um artigo com o título nada está tudo: "Pharoa Hotel, esplendor colonial em Moçambique". E depois no texto: "Não existem muitas ligadas como a Pharaa em África. "Pois não, Durdão até que existe mais alguma."

Os sul-africanos reaperterram o hotel, o velho Pharaa cheio a novo e a dinheiro como um paquete de luau recém-lançado à água. Os sul-africanos tiveram nele e gerem-no, acreditam que o futuro será de bom tempo.

Faz agora exactamente 25 anos que entrou pela primeira vez no Pharaa. Tinha 24 anos e a inocência dos moços ricos. Podia fazer tudo, era um jovem guerreiro que jogava a vida na redeia. O Pharaa era só um bar, uma discoteca, um local de ver as mentiras do "benetton", "fal pende", da sociedade laurimbera. Ali, quando me convidava para almoçar e estagnava o meu dinheiro pela quantidade requilobada. Eu pensava nestas coisas mais urgentes. Ainda não chegara o meu tempo de apressar os prêmios da boa mesa.

A família deambulava tinha uma delgada personalidade. Os amigos tinham para si a presença e o tema. Não se vive um negro por aqui que não fosse criado. Embora entre os ditos a quem agora já alguns africanos, esse ambiente um tanto "retro" mantém-se. Na cidade do Maputo subiste uma atmosfera de saber viver e cosmopolitismo da velha Lourenço Marques e nenhuma revolução conseguiu eliminá-la. É a constatação de um facto que até os países sul-africanos do Pharaa reconhecerem quando escreverem nos seus folhetos: "Digam o que quiserem dele, até que é uma reminiscência das tempes coloniais, um lugar onde um novo sul-africano lêia-se um novo-velho não tem o direito de estar, mas de é lá. O seu lado de vida e o seu bar continua a ser, como eram, os lugares para ver quem é quem e para ser visto."

Vou tentar aproveitar esta minha estada para gozar o Pharaa. Chegou o meu tempo de o fazer.

Neste meu regresso a Moçambique, não é possível escapar à luta contra o

grande inimigo que me levou o cabelo, me criou rugas e manchas, me mudou a fígada. O tempo desafia-me sob todas as formas e diz para saber mais das coisas novas imaginadas. Logo na primeira manhã mordei-me uma espinhola e acordei-me com a dor de dente do sul da cidade de minha. O médico dá-me uma receita escrita em português por um médico que conhece o meu estomacho. Foi-me ler luz em português até lá e meia da noite e só depois no Maputo de cinco e mais. Simo-me tão confuso porque estas regras como peraltas as fadigas das horas de concerto das noites e o índice de despesa e subido das boléas de colares de Togo ou Paris. De facto, estou à mercê de poderes ocultos que nunca me pediram para esgar. As democracias têm o pequeno defeito de não nos consentirem sobre o usar do nosso dinheiro em cada dia, nem sobre as horas a que aderimos. Mas é claro que têm a vantagem de nos informarem desses números nas jornais de duas seguintes.

Mas não foram só as perturbações no regime os meus a responsabilizar por esta situação. A existência do renascimento antigo comparatista e a ausência do pelo usado ao longo dos últimos lugares do membro, aquilo me muito mais, como as da partida para as operações de combate. Não há nada que fazer e esta hora em que só os juramentos do hotel desentram os manuseios de regra sobre a rede de pilares ainda iluminada. Vou à janela e olho os vales com a paisagem. Chego ao "Café da Colónia do outro lado do canal, os velhos que porvem os registos das passas e depois lá se foram que trouxa de Lisboa.

Deu por nada no Maputo e ler no "Expresso" nos dias e memórias de Prímido do Amador e o comentário ao que sobre as suas responsabilidades no imobilismo que conduziu à invenção do "re-ligado" Rui Pinheiro, antigo ministro das Negocias Estrangeiras de Marcelo Caetano. É um novo regresso ao passado. De repente se ele com a falta de tempo para preparar a deslocação, um tempo que os "Hurtis do 25 de Abril" lhe restaram. Imagino terem estas horas considerável que, ao ritmo que os colares seguem, talvez o que julgo ser primeiro odegado negro de Moçambique, o do-to Domingo Aruana, pudesse ir comemorar os seus 50 anos no Pharaa, lá para

o ano 2000. Já se não estivesse ainda impedido de exercer actividades públicas por razões políticas.

Mas é esta vida optimista poder-se in contrapor uma outra menos favorável e penso num estado de uma curta noite, com o título: "A Fortaleza Branca", imaginando o Pharaa cercado, orgulhoso, opaco, de resacas a luar quando cobre a falta de tempo. Sempre o tempo, até o tempo de tirar 20 anos com o cabelo meia na gravata.

No mesmo ao lado da minha, vejo falar, noutras línguas enroladas em que se procuram entender as transições de várias nacionalidades, no obra de um padre que está a construir uma escola para crianças sem famílias e demoradas que a guerra criou e que necessitam de diábolos e auxílios. A mão de um hotel de cinco estrelas, a ideia parece opina a estas funcionalidades de organização liberal, nacional de queda humanitária, cujas unificáveis e mercedárias tem um a menor parte de falta das organizações, que depois são insatisficíveis para as obras que elas em boa consciência aprovam, mas que não têm poder diminuir o salário, ou tentar de regresso a casa. Como deve ser difícil tomar decisões que têm tanto a ver com os nossos próprios interesses!

Algo com amigos que trabalham em Moçambique. Vemem até aqui com um pélo as mesmas, conseguem que se volte no âmbito da cooperação particular, depois enriqueceram-se e criaram as suas empresas. Tem uma vida realista da situação do país. Nem por isso, nem inferior. As relações desta terra com Portugal dizem-lhes muito de quem algum das eles esperam ver reconhecido. Moçambique cultuam entre as autoridades e comissões regulares. Depois danças uma volta pela cidade. Nalgumas ruas são visíveis as ruas dequilo que é a nova paisagem, as ruas retilineias. Reutilização de edifícios de rua, de escuridão. No Baixo, é possível ver um cariz de castelo elevatório, com as barras e as temperaturas a luar, embora sem grande rigor. Os signíficos acordam e opagam, as espiãdas enchem-se e vendem-se jorras nas esquiadas e para todos os géneros. De uma volta pela Rua Avenida, para mostrar saudades dos dias (mas as noites que as dias) em que passava pela confusão de todas estas duas perspectivas de provi-

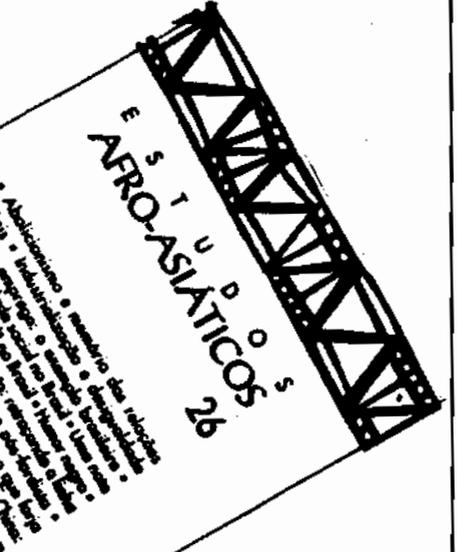
tuído e bebidas fortes. Aquela que o Presidente Saboro Moché classificou como uma rua pequena e que mantém algumas sinas de decalques, mas também aqui se vivem coisas dequilo que também cabe na reutilização, o "cobrar" Luso arranca sempre esse multirracial.

Necessário de trazer diábolos. A moeda nacional é o metical (MT) e as contraturas de Moçambique aconselham-me umas coisas de electrónicas para fazer o melhor caminho que possível. No jornal, publica-se uma tabela oficial de valores de moedas convertidas, com o dólar a valer 8500 MT, mas dizem-me que no paralelo me falta nove e meia. Confirma, então, estrigo os bilheteiros e o resultado dá-me que de nove de cinco mil é dez mil meticals com o volume de água. Querem-me que não volte a pena contar. Está certo. Claro que não há resoluções, nem regras, nem regras. La alguns e há algum tempo que a base da construção das escolas europeias que conhecemos foi a existência de umas actividades que contrasse impoentes e de um extracto permanente.

Penso como estes construtores foram as delicadas do doutor Pedro Arraia e das liberais e melhorias de moda em Portugal. Como me lembro mais que o mesmo multinacional moçambique e o outro adquirido a contar as crianças na redeia, achado que os seus meios necessitam de tração do facto e futuro do sistema curricular, mas algo me diz que é um caminho à beira do abismo. Como me dizem que o extracto de apenas osas mil homens e o serviço militar voluntário, depois sistematicamente a melhor parte para o futuro da terra.

Já com diábolos, posso ir jantar uma moçambique de Moçambique. Ao contrário do que se há de ouvir, a cidade está a ganhar vida de restaurar. Vou dizer o que me diz que é um caminho à beira do abismo. Como me dizem que o extracto é de apenas osas mil homens e o serviço militar voluntário, depois sistematicamente a melhor parte para o futuro da terra.

Regresso ao Pharaa. Amanhã parto para o Norte. Para o Norte que sempre foi estranho e longínquo e esta capital tem histórias no extremo sul do país. Mas foi lá que se jogou o futuro que hoje se vive aqui. Dizei-o há 24 anos. ■



Moçambique procura independência económica

EXPRESSO, 24.6.95

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

PASSAM amanhã 20 anos sobre a data da independência de Moçambique. A história económica deste período pode dividir-se em três etapas distintas, que culminaram com o surgimento de uma classe empresarial de «jacarés», embora ainda em fase embrionária, muitas vezes vítima de conflitos internos e supostamente ameaçada por «crocodilos» (empresários) externos.

Politicamente independente há 20 anos, Moçambique tem ainda pela frente uma longa caminhada a percorrer até atingir a independência económica. Apesar de alguns círculos de Maputo defenderem que, com uma gestão à altura e os recursos (naturais e humanos) de que o país dispõe, há muito que a antiga colónia portuguesa da África Austral seria uma potência económica, pelo menos a nível regional.

A primeira fase da economia moçambicana, imediatamente após a independência, durante a qual foi definido um programa de desenvolvimento inspirado num sistema de economia centralizada, voltou-se basicamente para os grandes projectos da rede agro-industrial do país. Foi nessa fase que se registaram alguns sucessos, momentâneos, devido à natural euforia provocada pela independência.

A situação foi, porém, afectada pelo modelo adoptado pelo regime e pela conjuntura político-militar nesta região do continente africano. Como resposta surgiu em 1987 o Programa de Reabilitação Económica (PRE), que parecia dispor de componentes suficientes para ultrapassar a crise. No entanto, cedo

▶ se constatou que pecava por marginalizar o lado social, daí que se acrescentasse o «S» (de Social) nesta campanha, passando a operação a designar-se por PRES, numa iniciativa que visava travar a degradação galopante do nível de vida das populações e que deu início a um ciclo de verdadeiro «salve-se quem puder».

Actividade produtiva prejudicada

A terceira fase da economia de Moçambique está a decorrer, após a introdução da democracia pluralista no país, encontrando-se as novas forças vivas em profunda reflexão. E, embora a esmagadora maioria da população ainda esteja embalada numa filosofia de «cada um por si», uma boa parte já procura olhar para o futuro com alguma esperança.

Egas Mussanhane, um dos empresários «filhos» da independência de Moçambique, explora há sete anos a esfera agro-pecuária na província central de Manica. Em seu entender, «globalmente houve alguma evolução» desde que o país se tornou independente, excepto durante a «época histórica em que a visão das coisas era muito diferente da actual. O que era verdade há dez anos — observou —, não só em Moçambique como em várias partes do mundo, hoje é quase uma falsidade absoluta».

Na opinião daquele empresário, as políticas do actual Governo, em grande medida ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, «não estão a trazer uma reanimação à actividade produtiva», mas a «desenvolver um sistema de ligação com outras economias», ao mesmo tempo que se crescem as importações ligadas a donativos, que «favorecem apenas os importadores e prejudicam os restantes agentes económicos».

Mussanhane recorda os tempos da pré-independência do país: «Temos empresários desde o tempo colonial, com lojas na periferia ou longe da capital do país, que hoje em dia não conseguem vender nada por falta de mercadoria e dinheiro.» No período colonial as suas lojas sobreviviam

porque um sistema de troca ligado à produção agrícola lhes permitia vender e voltar a comprar ao cantineiro (comerciante do interior). Inocêncio Mavel, abastado empresário desde o tempo colonial, aponta o dedo acusador ao partido governamental desde 1975 e frisa que o comportamento da Frelimo, após tomada do Poder em Moçambique, prejudicou o sector empresarial ao misturar a actividade empresarial com a política. «Em grande parte das actividades empresariais, particularmente as de relevo, os responsáveis eram designados mediante o seu engajamento político e não em função da sua capacidade empresarial», diz.

O perigo dos «crocodilos»

Esta situação, aliada ao «combate à burguesia nacional», decretada pelas autoridades de então, deixou muitos quadros frustrados e originou a sua fuga do país. Daí em diante, para se ser empresário tinha que se ser um pé-descalço, sinal de que não se era «jacaré» e se pertencia ao povo, para não levantar problemas de classe no meio de uma sociedade embalada na onda da «luta revolucionária contra o capitalismo».

Hoje, os empresários moçambicanos estão numa frente de batalha embaraçosa. Num país em fase de profundas e multifacetadas transformações, os empresários locais, descapitalizados, encontram-se na contingência de fazer face a um ambiente empresarial novo: «Antes de se terem desenvolvido, os 'jacarés' locais, que deveriam estar a crescer num viveiro, correm sérios riscos de ser comidos pelos 'crocodilos' que estão a ser importados», remata Mavel, referindo-se à questão do investimento estrangeiro e das privatizações.

Não obstante a existência de vozes contestatárias, o Governo de Joaquim Chissano aparenta firmeza nos seus planos de acção, e as privatizações vão de vento em popa, abrangendo mesmo áreas há pouco consideradas (por razões políticas) pouco apropriadas para alienação, nomeadamente banca, sector eléctrico, transporte aéreo e companhia nacional ferroviária.

UNITA reunida no Bailundo

A DIRECÇÃO da UNITA está reunida desde segunda-feira no Bailundo (província do Huambo) para analisar a proposta de atribuição de uma das vice-presidências de Angola ao seu líder, Jonas Savimbi, disse à Lusa um dirigente da organização em Luanda. O brigadeiro Urbano Chassanha, um dos chefes militares da UNITA e que faz parte da sua delegação à Comissão Conjunta, acrescentou que a reunião também deverá tomar decisões sobre o processo de desmobilização e incorporação dos seus guerrilheiros nas Forças Armadas Angolanas. Logo que haja conclusões, as conversações bilaterais Governo-UNITA deverão ser retomadas em Luanda. ■

PÚBLICO, 26.6.95





vozes em português

Carlos Lopes*

O cooperante Malan Djabicunda



PÚBLICO, 25.6.95

O escritório espiritual de Malan está instalado a uma distância curta da Praça da Figueira, em pleno centro de Lisboa, onde tem encontro regular a família imigrante guineense, para contar "passadas". O lugar serve tanto de currículo oral como de clube social, e, embora tudo se passe ao ar livre, a intimidade das conversas faz de facto pensar que se está em casa de amigos.

Malan frequenta o grupo. Mas nunca disse que tem trabalho certo e bem remunerado, e que até conseguiu legalizar-se junto da polícia de estrangeiros. Se não anunciou o seu arranjo orgânico e porque sabe que a concorrência é feroz e que os guineenses não gostam muito de ver os seus em distanciarem-se nos rendimentos. Se um tem mais, o melhor é reparar, se não quiser isolá-lo. Imagine-se a lista de um tipo que se põe a mostrar sem dar, quando dar é a mais importante forma de mostrar.

Malan já passou os meses do Algarve. Trabalhou na construção da ponte de Vila Real de Santo António, onde, diz-se, morreu um cooperante enviado no meio do betão de um dos pilares principais. Depois mudou-se para Lisboa, onde começou por arranjar um "surto" na distribuição de jornais durante a noite. Foi ad de pouca dura, porque um colega, o Janota, conseguiu convencer o seu chefe, um ex-angolano, branco, daqueles que gostam do preto porque podem dar ordens em voz alta, de que ele era um ladrão. Ficou furioso com a acusação, mas sabe que a razão tem a ver com uma briga que teve com o irmão do Janota em Bombadela, faz já quase seis anos. Arranjou então um tacho de arrumar uma discoteca guineense, o que lhe dava trocos mais bem do que um salário, mas ganhou-lhe algo importante.

Se havia clientes brancos, portugueses de gema, na discoteca que, embora não subissem dançar música crioula, lá saltavam de alegria, é porque havia um interesse pelos costumes africanos. Começou a aproximar-se de alguns destes frequentes e depressas entendeu que estes tinham outros amigos que gostavam também de coisas africanas, mas não iam a discotecas africanas porque não sabiam dançar. Tímidos, portanto.

Uma coisa, pensou. Pois Malan não demorou muito a perceber que a coisa africana mais mística e peculiar era o curandeiro. E logo de come-

çar a oferecer consultas, sem ideias de como desenvolver o joio. Aprendeu depressa porque começou a entender que precisava era de responder à ideia — mais do que a realidade — que os pacientes tinham do curandeiro africano. E de consultar análises e irrupções passava a especialista.

Os únicos capazes de denunciar a aldrábia de Malan eram os próprios guineenses que sabiam que ele não tinha poderes nenhuns. Dai não estar muito interessado em revelar as suas actividades na Praça da Figueira. O negócio era tão bom que já tinha escritório e tudo. Claro que era num prédio malcheiro e com a escuridão e as paredes em perigo de desfeitecimento, mas isto até era bom para o cenário do curandeiro africano. Seria aceitável um curandeiro de fato e gravata num prédio de vidro e aço, pensava. Não fazia sentido. Ali naquele bico era mais típico e seu "baloi" anal indigo dava um ar respeitável à profissão.

Mandou imprimir cartões de visita com o nome Malan Djabicunda, mestre emanante, consagrado doutor em artes proféticas. O seu verdadeiro apelido não era Djabicunda, mas passou que aquele nome, de uma talhada mandinga da Guiné-Bissau, lhe iria dar sorte. E parece que acertou.

Os seus clientes eram todos portugueses e não tinham nada a ver com a malta africana. Recentemente tinha notado que o "Correio da Manhã" estava a publicar muitos anúncios de competições especializadas nas artes, alguns dos seus conhecidos da Praça da Figueira, que se auto-denunciavam desta forma. A ideia desta notícia estava a espalhar-se.

Havia três grupos de curandeiros: os místicos, que tinham uma clientela mais guineense, os semi-audélices (conheciam umas coisas e até acertavam em alguns palpites, talvez porque viram os verdadeiros), que se concentravam no mercado africano não guineense, e os falsos, que se dedicavam aos portugueses. Como os últimos pareciam ser os primeiros, em termos de massas, os outros contra-atacaram com anúncios nos jornais. Na verdade ficava mal aos falsos por o seu nome e fotografia no jornal. No mínimo, teriam de se esconder da malta da Praça da Figueira. Malan manteve-se pois circunscrito aos seus clientes e, através destes, foi alargando a sua rede sem interferir com a sua outra identidade junto dos competidores.

Como estava a residir legalmente em Portugal, mal juntou dinheiro suficiente lá decidiu ir à terra. Pensou ser uma questão de honra ir a Djabicunda, terra que lhe deu tanta sorte. Sabia que aí havia um curandeiro famoso que valia a pena visitar. Lá-lhe ofereceram cois e padrinhas apois para o futuro. Sabia que ia custar uma nota "anunciar o destino" e também "proteger o anúncio". Mas é para isso mesmo que se vai à terra.

Quando se sentou em frente do Homem-grande "Djabicunda", estava a trancar.

Enquanto este mexia com as pedras, conchas e dinheiro, no cabaz, foi frezando a testa que transparecia o calor húmido de Agosto. A cada pergunta do "Djabicunda" tentava responder com o mínimo de palavras:

- Onde nasceu?
- Terra de branco.
- Há quanto tempo?
- Cinco anos.
- És casado?
- Sim.

Aí o "Djabicunda" parou e suspirou. Estava a trabalhar a sério. Logo lhe restou:

- Mas a tua mulher tem problema contigo?
- Sim, disse Malan espantado com a certeza do velho. Não pôde ir para a terra de branco. Ficou em Bissau.

Agora começava o interrogatório a sério, e cada vez mais Malan sabia que tinha de dizer toda a verdade. Não podia evitar o olhar incerto do "Djabicunda" e por vários vezes correu-lhe que ia ser dramático confessar a este homem que ele era um desvirtuado de arte de curandeiro. Sucesso trizo proibiu-lhe de se concentrar demasiado nas questões. Por isso nas suas inscrições artísticas. Até que a pergunta inevitável lá dispandeu:

— Que é que fazes na terra de branco?

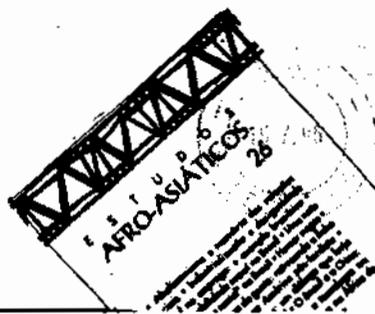
Malan sabia que tinha de dizer a verdade. Não valia a pena esconter a verdade. Sem hesitações respondeu:

- Sou cooperante. e

* entrevista galvanosa

Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00. WE ASK FOR EXCHANGE.



I M P R E S S O